

30/04/2019

Grande Imprensa

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Por falta de recursos, ministérios podem paralisar serviços a partir de agosto](#)

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Filmagem de aulas questionada](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Não é a economia, estúpido](#)

[Método na maluquice](#)

[O presidente das pequenas coisas](#)

[Mãos de tesoura](#)

[Agenda antieducação](#)

[Governo federal abre prazo para renegociar dívida com Fies](#)

[Em entrevista, Bolsonaro defende troca de patrono da educação](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Autora de vídeo que expôs professora é secretária do PSL](#)

[Universidade que promover 'balbúrdia' terá verba cortada](#)

[Portugueses fazem ataque xenófobo a aluno brasileiro](#)

**PROCURAR, COMPARAR E ESCOLHER**

**ESCOLHA CERTA DEPENDE DE INFORMAÇÃO QUALIFICADA**

**LEVANTAMENTO APROFUNDADO E EXTENSIVO**

**MBA À BRASILEIRA**

**MBA OU MESTRADO PROFISSIONAL, EIS A QUESTÃO**

**OPÇÕES LATO SENSU MULTIPLICAM-SE**

**O GLOBO - RJ**

[Comissão não vê ideologia em questões do Enem](#)

[Mora na filosofia](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[País precisa investir R\\$ 64 bi até 2024 para alcançar meta no ensino superior](#)

[Banco estrangeiro amplia oferta de financiamentos em reais](#)

[Adesão a plano de gás abre ajuda do Tesouro a Estados](#)

Agências de notícias e sites

**ABIPTI**

[Comunidade acadêmica convoca mobilização nacional contra corte em CT&I](#)

[urso do Abipti Capacita é destaque no site do Governo de Sergipe](#)

**BAHIA REPORTER**

[Portaria dispensa produção acadêmica de professores de mestrado e doutorado a distância](#)

**GAZETA DO CERRADO**

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

**GRANDE PICOS - PI**

[IFPI faz pré-seleção para o PIBID](#)

**JORNAL BOM DIA (RS)**

[Mestrados da UFFS já colecionam histórias de sucesso com egressos em doutorados](#)

**JORNAL GGN**

[Evento sobre reforma da Previdência cancelado pelo CAPES será realizado em praça pública](#)

**O ANTAGONISTA**

[Portaria dispensa produção acadêmica de professores de mestrado e doutorado a distância](#)

## **REVISTA EDUCAÇÃO**

[Militarização das escolas públicas: soldado ou cidadão?](#)

## **SUCESSO NO CAMPO**

[Agrishow 2019 - IAC lança a 50ª cultivar do feijão Carioca](#)

## **THE WORLD NEWS - BRASIL**

[Evento sobre reforma da Previdência cancelado pelo CAPES será realizado em praça pública](#)

## **UFMS**

[Capes-PrInt - Ecologia investiga e debate os efeitos de mudanças climáticas e nos usos do solo sobre a biodiversidade](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[Sem recursos, ministérios podem paralisar serviços](#)

[MEC cortará verba de universidade por balbúrdia e já enquadra UnB, UFF e UFBA](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[Agenda antieducação](#)

## **G1**

[MEC prorroga novamente o prazo de seleção da lista de espera do Fies](#)

## **METRÓPOLES**

[Sem recursos, ministérios podem paralisar serviços](#)

[MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia”: UnB na mira](#)

## **PODER 360 - DF**

[MEC bloqueia 30% do orçamento de 3 universidades federais](#)

## **TERRA**

[MEC cortará verba de universidade; UnB, UFF e UFBA já sofrem](#)

Agências de notícias e sites

## **ALAINET**

[O Brasil e o mergulho no atraso](#)

## **CURSOS NOVOS**

[MEC oferta 30 bolsas de estudo direcionadas aos profissionais com graduação em licenciatura e que exercem o cargo de coordenador, de diretor ou de supervisor pedagógico, na Irlanda.](#)

## **PARAÍBA DEBATE**

[Paraíba tem vagas para mestrado gratuito em recursos hídricos](#)

## **TRIBUNA DA CONQUISTA**

[UESB e Uneb dão início à Doutorado Interinstitucional em Educação](#)

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**

[IV Seminário PROQUALIT é realizado](#)

## **PORTAL VEJA**

[Alfabetização de crianças - fatos e mitos](#)

## **TERRA**

[O futuro da educação passa pelo ensino a distância?](#)

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

**Por falta de recursos, ministérios podem paralisar serviços a partir de agosto**

**Sob pressão. Bloqueio de quase R\$ 30 bi no Orçamento e ausência de sinais de melhora na arrecadação ou de alívio nas despesas comprometem funcionamento**

## **de áreas como ciência e tecnologia, bolsas de estudos e o programa Minha Casa, Minha Vida**

BRASÍLIA

O bloqueio de quase R\$ 30 bilhões nas despesas do Orçamento impõe uma espécie de “shutdown branco” aos ministérios por falta de recursos, uma paralisia da máquina pública que pode se agravar a partir de agosto. Algumas áreas sentem os efeitos do arrocho, como ciência e tecnologia, bolsas de estudos, repasses do Minha Casa, Minha Vida, tarifas bancárias, o Censo Demográfico e até mesmo os compromissos do governo brasileiro com organismos internacionais.

A situação tende a piorar e afetar áreas mais sensíveis para a população, porque, até agora, a área econômica não vê sinal de melhora na arrecadação ou alívio significativo nas despesas.

Técnicos do governo ouvidos pelo Estadão/Broadcast avaliam que julho vai ser o mês limite para algumas pastas. É quando se prevê que não será possível barrar os efeitos mais nocivos do shutdown, como em 2017. Durante o governo Michel Temer, a população ficou sem emissão de passaporte, houve suspensão das atividades de escolta e fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e o atendimento das agências do INSS ficou prejudicado.

A equipe econômica corre para buscar receitas e reduzir despesas, como de subsídios, mas já precisa resolver problemas mais imediatos, como a liberação de R\$ 2,8 bilhões para o Minha Casa Minha Vida, manutenção de estradas e atender a demandas dos caminhoneiros. Para isso, terá de fazer um aperto adicional em outros ministérios.

Diante da pressão do setor da construção, o Ministério da Economia precisou entrar em campo para evitar um estrangulamento financeiro das empresas, que estavam entregando as casas sem receber do governo. A equipe econômica arrumou um extra de R\$ 800 milhões para o MCMV. Mas o ministro de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, avisou que o dinheiro a mais acaba em junho.

Os recursos para a área científica são os mais afetados com o corte de 42%. O funcionamento de agências como CNPq, Finep e **Capes** está ameaçado. O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, alertou que o dinheiro só garante o pagamento das bolsas de pesquisa até setembro.

Em outras frentes, o governo já começou a dar calote: tem uma dívida de cerca de R\$ 400 milhões com a Caixa Econômica Federal em tarifas bancárias cobradas pelo banco para gerir os programas federais. Procurada, a Caixa não respondeu sobre os atrasos.

O Brasil também tem dívidas que chegam a R\$ 4 bilhões com organismos internacionais, sendo cerca de R\$ 2 bilhões com a Organização das Nações Unidas (ONU). O passivo pode chegar a R\$ 6,2 bilhões até o fim deste ano, mas o Orçamento só prevê R\$ 532,9 milhões para esses pagamentos.

[topo](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA**

### **Filmagem de aulas questionada**

O ato de filmar professores durante as aulas voltou a ganhar repercussão no último fim de semana, após um vídeo ser compartilhado pelo presidente da República Jair

Bolsonaro com a legenda “Professor tem que ensinar, e não doutrinar”. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou, ontem, que gravar os mestres é um direito dos alunos e afirmou que os conteúdos que chegaram a Bolsonaro e a seu filho Carlos serão analisados para investigar se houve alguma irregularidade por parte dos educadores. Especialistas e advogados discordam do ministro e explicam que há algumas leis que protegem os docentes nessa situação.

O vídeo, divulgado por Bolsonaro no domingo, mostra uma aluna questionando uma professora sobre críticas que teriam sido feitas por ela ao governo e ao projeto “Escola sem Partido” durante a aula. Os especialistas citam a Constituição e a Lei nº 9.610/1998, conhecida como a Lei dos Direitos Autorais. O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) Cristiano Paixão acredita que o pensamento do ministro não é uma leitura adequada da Constituição. “O professor tem o direito de ter a sua imagem preservada. Sua aula é um produto intelectual”, afirma ao se basear no artigo 5º, inciso X e XXVII.

O último inciso citado diz que o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de obras pertence aos próprios autores. O advogado e professor de direito civil na USP Antonio Carlos Morato explica que a aula é como uma obra protegida. “A aula é como um livro e precisa de autorização do autor. E o direito autoral protege qualquer obra, tanta uma aula péssima como uma aula excelente”, explica Morato. Ele acredita que a situação polêmica deve ser abordada sob o enfoque do direito autoral. “De acordo com a interpretação que eu adoto, em tese, seria permitido, em razão da inovação tecnológica, gravar a aula. Qual a diferença do aluno anotar e gravar o áudio no smartphone? Nenhuma. O problema é o uso que este aluno vai dar ao material depois”, pontua, ao se basear no artigo 46, inciso IV, da Lei dos Direitos Autorais.

Cristiano acredita que esse tipo de clima é desfavorável para a educação. “Educação é um empreendimento coletivo. O professor não é um inimigo do aluno. O aluno tem todo o direito de discordar do professor, mas não pode ser um ambiente de desconfiança e espionagem”, considera. Ainda ontem, Weintraub voltou a tocar no assunto pelo Twitter e reafirmou que o conteúdo será investigado, mas que todos terão os direitos assegurados. “O importante é que o contribuinte tenha o dinheiro gasto da melhor forma. O objetivo é melhorar o ambiente escolar”, postou.

A estudante que fez a postagem é Tamires de Paula, secretária-geral do PSL em Itapeva (SP). Após a repercussão do vídeo, Tamires fez um desabafo na internet. A aluna afirma que não está feliz em ter que gravar um vídeo para demonstrar o que fazem nas escolas e resalta que não está atrás de 10 minutos de fama. “Tenho uma missão com meu país e com a mudança que almejo através da educação”, diz Tamires no post. Ela reclama do modelo educacional do país. “Há décadas, sofremos com um modelo de educação que não preza em formar pessoas que pensam”, critica.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Não é a economia, estúpido**

#### **Governo Bolsonaro dá centralidade política para as guerras culturais**

Muito mais surpreendente foi o grau de aprovação do Ministério da Educação, cujos primeiros meses foram marcados pela completa inoperância administrativa e pelo fogo cruzado entre técnicos e militares e setores ultraideológicos engajados nas guerras culturais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/04/nao-e-a-economia-estupido.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

### Método na maluquice

#### **O ministro do Meio Ambiente cuida de tudo, menos do meio ambiente**

Nenhuma surpresa na malandragem de uns ou no baixo nível de outros. Assim se desenrola o jogo político no país. No nosso caos diário, dá para colecionar as cortinas de fumaça: inexplicável retirada do ar de um comercial do Banco do Brasil voltado ao público jovem; estúpidas declarações sobre turismo sexual; esposas que devem ser submissas aos maridos, segundo a ministra da Mulher; redução de investimentos do MEC em sociologia e filosofia, cursos que têm operações mais baratas e menos estudantes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alvaro-costa-e-silva/2019/04/metodo-na-maluquice.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

### O presidente das pequenas coisas

#### **Bolsonaro dedica-se a assuntos que não deveriam estar entre suas prioridades**

Jair Bolsonaro está se tornando o presidente das pequenas coisas. Na semana passada, ele censurou uma peça publicitária do Banco do Brasil e fez observações pouco congruentes sobre o turismo gay. Isso foi até a quinta-feira. Na sexta, manifestou apoio a um plano do ministro da Educação de “descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2019/04/o-presidente-das-pequenas-coisas.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

### Mãos de tesoura

Entidades que monitoram o investimento no ensino superior detectaram novo bloqueio de verbas de instituições federais no fim de abril, após Abraham Weintraub assumir o Ministério da Educação. Cerca de R\$ 230 milhões foram contingenciados.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/30/bolsonaro-reafirma-nao-ter-compromisso-com-lista-triplice-na-sucessao-da-pgr-e-indica-perfil-ideal/>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

### Agenda antieducação

#### **O grande projeto de Weintraub é a guerra ideológica, com total apoio do presidente**

O ex-ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez foi tirado do cargo depois de três meses nos quais o ministério simplesmente parou, atolado em intrigas e ressentimentos. Comparada à conduta do atual ocupante do cargo —Abraham Weintraub—, a simples

inoperância de Vélez talvez deixe saudades.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joel-pinhoeiro-da-fonseca/2019/04/agenda-antieducacao.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **Governo federal abre prazo para renegociar dívida com Fies**

#### **Mais de 500 mil contratos estão com mais de 90 dias de inadimplência**

Brasília

O governo federal abriu nesta segunda-feira (29) o processo de renegociação de dívidas do Fies (Financiamento Estudantil) com o objetivo de reduzir em R\$ 2,2 bilhões o passivo do programa. O prazo vai até 29 de junho.

O número de inadimplentes há pelo menos três meses, foco da iniciativa, atinge 517 mil contratos. Do saldo devedor total do programa, de R\$ 11,2 bilhões, cerca R\$ 2,2 bilhões referem-se aos inadimplentes há 90 dias, segundo o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão do Ministério da Educação que gerencia o Fies.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/governo-federal-abre-prazo-para-renegociar-divida-com-fies.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **Em entrevista, Bolsonaro defende troca de patrono da educação**

#### **Substituir Paulo Freire, que recebeu título em 2012, dependeria do Congresso**

Brasília

Em uma entrevista na qual recebeu uma bênção de uma criança e chamou um de seus ministros de "vovô", o presidente Jair Bolsonaro (PSL) defendeu nesta segunda-feira (29) a mudança do educador Paulo Freire como patrono da educação no Brasil.

Durante viagem a Riberão Preto (SP), onde participou da abertura da Agrishow, o presidente respondeu a perguntas de uma menina de oito anos chamada Esther Castilho, que tem um programa no YouTube e foi convidada por Bolsonaro para a sua posse no início do ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/em-entrevista-bolsonaro-defende-troca-de-patrono-da-educacao.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Autora de vídeo que expôs professora é secretária do PSL**

#### **Tamires de Paula se apresenta nas redes como 'conservadora' e já publicou fotos com a família Bolsonaro**

Autora de vídeo em que uma professora de cursinho aparece fazendo críticas ao escritor Olavo de Carvalho, considerado guru dos bolsonaristas, Tamires de Souza Costa de Paula é secretária-geral do PSL em Itapeva (SP) e chegou a registrar candidatura a deputada estadual pelo partido em 2018. O vídeo foi reproduzido antontem nas redes

sociais pelo presidente Jair Bolsonaro, de quem Tamires se diz apoiadora.

“Conservadora” e “ativista politicamente incorreta”, como se descreve nas redes sociais, ela já publicou fotos e vídeos ao lado do presidente e se diz amiga de Carlos e Eduardo Bolsonaro. Também tem fotos com Leo Índio, sobrinho do presidente. Em nota publicada em seu Instagram, Tamires diz esperar que o vídeo sirva de exemplo a alunos “que muitas vezes se calam por medo”. “Bolsonaro derramou seu sangue por nós, é hora de derramarmos o nosso”, escreve.

“Não estou feliz em ter de gravar Tamires de Souza de Paula um vídeo para demonstrar o que fazem nas escolas; mas tenho uma missão com meu país e com a mudança que almejo através da educação”, diz Tamires.

O vídeo mostra uma aluna confrontando uma professora de gramática depois de ela afirmar que Olavo de Carvalho é “uma anta porque mete o pau em tudo”. A estudante, então, avisa que filmou a aula e afirma ter perdido 25 minutos ouvindo opiniões político-partidárias e não aprendendo gramática. “Não estou pagando cursinho para isso”, reclama, informando ainda que vai procurar o diretor da instituição, que não teve o nome revelado.

Candidatura. Após anunciar pré-candidatura, Tamires desistiu da corrida eleitoral em julho do ano passado. “Não serei candidata a deputada estadual dessa vez. Foi uma decisão pessoal.” Nos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sua candidatura aparece com status de “renúncia”. À Justiça Eleitoral ela informou ter 24 anos, ensino fundamental completo e, na declaração de ocupação, consta “outros”.

Nas redes, Tamires publica memes e críticas contra a esquerda e exalta bandeiras do bolsonarismo, como a liberação das armas e o programa Escola Sem Partido. “Eu apoio Carlos Bolsonaro. Fora, Mourão”, diz imagem compartilhada por Tamires no Instagram, enquanto o filho “zero dois” de Bolsonaro publicava críticas públicas ao vice-presidente Hamilton Mourão. O Estado tentou contato com o PSL de Itapeva e com Tamires, mas não teve resposta.

‘Direito’. Ao Estado, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse anteontem que filmar professores em sala de aula seria um direito dos alunos. “Não incentivo ninguém a filmar uma conversa na rua, mas as pessoas têm o direito de filmar. Isso é liberdade individual de cada um. Vou olhar os casos com calma. Não faremos nada de supetão”, disse.

A afirmação é contestada por especialistas. Na avaliação do jurista Leonardo Bertolazzi, sóciocoordenador da área de propriedade intelectual do escritório Braga Nascimento e Zilio Advogados, o direito à imagem é “inviolável”, nos termos colocados na Constituição. Ele diz ainda que a Lei de Direitos Autorais (9.610/1998) é clara ao estabelecer que a gravação de uma pessoa depende de sua autorização expressa. “Um trecho de uma aula, retirado de um contexto, pode prejudicar a imagem do profissional. Isso pode impulsionar diversas demandas judiciais e, em última análise, sobrecarregar o Judiciário com esse tipo de pedido.”

O constitucionalista Saulo Stefanone Alle, do escritório Peixoto & Cury Advogados, também fala em autorização prévia. “A propriedade do professor, o seu modo de ensinar

e o conhecimento organizado fazem parte de uma obra intelectual. Por isso, é preciso respeitar os direitos patrimoniais dos docentes.”

“Tenho uma missão com meu país e com a mudança que almejo pela educação.”

ESTUDANTE

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**Universidade que promover ‘balbúrdia’ terá verba cortada  
Segundo ministro, UnB, UFF e UFBA já perderam recursos porque também não tiveram bom desempenho**

BRASÍLIA

Sem detalhar os critérios adotados, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse a Renata Agostini que cortará parte da verba de universidades que não tiverem desempenho acadêmico esperado e promoverem “balbúrdia” em seus câmpus. A Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) já entraram nessa lista e perderam 30% dos recursos para custear gastos como água, luz e viagens de professores. Segundo o ministro, os cortes não devem afetar serviços essenciais, como os restaurantes universitários – as verbas para despesa de pessoal também não podem entrar no corte, porque são obrigatórias. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, afirmou Weintraub, que classificou o que considera bagunça: “Sem-terra e gente pelada dentro do câmpus”.

O Ministério da Educação (MEC) vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo “balbúrdia” em seus câmpus, afirmou o ministro Abraham Weintraub ao Estado. Três universidades já foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), disse. Segundo ele, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, está sob avaliação.

“Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, disse o ministro.

De acordo com Weintraub, universidades têm permitido que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Semterra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus”.

Weintraub não detalhou quais manifestações ocorreram nas universidades citadas, mas disse que esse não foi o único ponto observado. Essas instituições também estão apresentando resultados aquém do que deveriam, disse. “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking.” Ele, no entanto, não citou rankings.

De acordo com o MEC, as três universidades tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas, medida que entrou em vigor na semana passada. Os cortes atingem as chamadas despesas discricionárias, destinadas a custear gastos como



água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, etc. Os recursos destinados ao pagamento de pessoal são obrigatórios e não podem ser reduzidos.

Weintraub disse que o corte não afetará serviços como “bandejão”. O MEC informou que o programa de assistência estudantil não sofrerá impacto, apesar desses recursos integrarem a verba discricionária.

A UNB disse que verificou no sistema bloqueio orçamentário “da ordem de 30%” e espera conseguir revertê-lo. A UFBA e a UFF não se pronunciaram.

O MEC está sendo forçado a definir cortes após o governo anunciar um grande contingenciamento no mês passado. Para garantir que cumprirá a meta fiscal, a equipe econômica estabeleceu que cerca de R\$ 30 bilhões dos gastos previstos ficarão congelados. Desse total, R\$ 5,8 bilhões terão de vir do MEC.

Educação foi a pasta que mais sofreu bloqueio em termos absolutos. Ainda que o corte tenha sido proporcionalmente menor do que o de outros ministérios, foi um duro baque. A Lei Orçamentária estabelecia cerca de R\$ 23,7 bilhões para despesas discricionárias na Educação como um todo. O governo bloqueou, portanto, quase 25% do dinheiro que estava reservado para custear esses gastos.

Como as universidades federais consomem a maior parte dos recursos do MEC, elas naturalmente seriam alvo de cortes. O ministro disse que, diante desse cenário, foi necessário definir critérios para quem sofreria mais com o bloqueio. O corte anunciado pelo ministro nas três universidades está longe, porém, do contingenciamento determinado pela equipe econômica. Juntas, as três instituições recebem cerca de R\$ 165 milhões discricionários.

Direito à expressão. Questionado se essa forma de escolha caracteriza, na prática, uma “lei da mordaza” nas universidades, ferindo a liberdade de expressão de alunos e professores, ele afirmou que todos “têm logicamente o direito de se expressar”, desde que o desempenho acadêmico esteja bom. “Só tomaremos medidas dentro da lei. Posso cortar e, infelizmente, preciso cortar de algum lugar”, afirmou. “Para cantar de galo, tem de ter vida perfeita.”

O MEC não esclareceu quais indicadores de desempenho chamaram a atenção da pasta. Weintraub disse ainda que reitores precisarão redobrar a atenção no caso de festas. “Se aluno se machucar por causa de festa, cortaremos verba.”

Desde 2014, há redução nos repasses para despesas discricionárias das universidades. A crise contribuiu para o cenário. Neste ano, o aperto será mantido. Além da recuperação lenta da economia, há a linha estabelecida por Jair Bolsonaro. O plano de governo já trazia a indicação de que, se eleito, ele daria ênfase à educação básica.

Ao Estado, em sua primeira entrevista no cargo, Weintraub reforçou a diretriz e disse que a política para universidades tem de respeitar “os pagadores de impostos”. “Quando vão na universidade federal fazer festa, arruaça, não ter aula ou fazer seminários absurdos que agregam nada à sociedade, é dinheiro suado que está sendo desperdiçado num país com 60 mil homicídios por ano e mil carências.”

**Avaliação internacional.** O ministro ainda acusou UnB, UFBA e UFF de queda no desempenho. No entanto, elas se mantêm em destaque em avaliações internacionais. O ranking da publicação britânica Times Higher Education (THE), um dos principais em avaliação do ensino superior, mostra que Unb e UFBA tiveram melhor avaliação na última edição. Na classificação das melhores da América Latina, a Unb passou da 19.<sup>a</sup> posição, em 2017, para 16.<sup>a</sup> no ano seguinte. A UFBA passou da 71.<sup>a</sup> para a 30.<sup>a</sup> posição. A UFF manteve o mesmo lugar, em 45.<sup>o</sup>. Segundo a publicação, as três se destacam pela boa avaliação em ensino e pesquisa. E Unb e UFBA aparecem entre as 400 melhores instituições do mundo em cursos da área da saúde.

Carlos Monteiro, especialista em gestão pela Universidade de Michigan, ainda avalia como contraditório punir uma universidade com corte de recursos por apresentar queda na qualidade. “O ministro deveria querer entender os motivos dos maus resultados.”

Para cantar de galo, tem de ter a vida perfeita (...). Se aluno se machucar por causa de festa, cortaremos verba.” ABRAHAM WEINTRAUB MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Associação diz que sistema já está ‘no limite’

Isabela Palhares

Apesar de ressaltar o contingenciamento com a suposta “balbúrdia”, outras universidades federais também já registraram congelamento de recursos neste ano. Todas tiveram bloqueio de valores de emendas parlamentares. Além disso, só tiveram 40% do recurso de custeio liberado para o 1.<sup>o</sup> semestre.

“As universidades estão há anos trabalhando no limite da capacidade. Não acredito que o MEC fará um corte orçamentário com base em juízo de valor, sem antes pedir esclarecimento às universidades. Infelizmente, o bloqueio está ocorrendo para todas as instituições”, disse Reinaldo Centoducatte, reitor da Federal do Espírito Santo (Ufes) e presidente da Andifes, associação de reitores da rede federal.

topo 

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Portugueses fazem ataque xenófobo a aluno brasileiro**

#### **Caso foi registrado na UL, a mais tradicional escola de Direito da capital portuguesa; direção instaurou sindicância**

ESPECIAL PARA O ESTADO / LISBOA

Estudantes portugueses fixaram na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa um cartaz oferecendo pedras para ser atiradas em estudantes brasileiros. A reitoria abriu processo disciplinar. Estudantes estrangeiros programam para quinta-feira uma manifestação contra ataques xenófobos. Dos 5.488 alunos da Faculdade de Direito, 1.227 são brasileiros.

Um cartaz xenófobo contra estudantes brasileiros abriu uma crise nesta segunda-feira na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (UL), a mais tradicional instituição de formação de advogados da capital portuguesa. Os dados oficiais apontam que dos 5.488 alunos da Faculdade de Direito, 1.227 são brasileiros.

Um grupo de estudantes portugueses colocou um cartaz oferecendo pedras para atacar alunos brasileiros. “Grátis se for para atirar a um zuca (que passou à frente no mestrado)”, dizia o cartaz sobre uma caixa com pedras. Zuca é uma gíria para se referir

a brasileiros. Estudantes estrangeiros prometem uma grande manifestação na porta da faculdade na quinta-feira, para pedir medidas contra ataques xenófobos.

Na tarde de ontem, a estudante brasileira Flora Almeida, que faz mestrado em Direito Fiscal na UL, viu a suposta brincadeira. “Primeiro, fui falar com eles, questionar, mas me disseram que era uma piada. Então tirei foto, para mostrar nos grupos que faço parte. Depois até quiseram me ‘explicar’, mas eu disse que precisavam se explicar para a direção da faculdade.”

A direção da faculdade pediu a retirada imediata do cartaz e divulgou uma nota que, apesar de reafirmar o respeito da instituição à “diversidade cultural, étnica e de proveniência”, dizia que a faculdade convive com “a autocrítica, o humor e a sátira”, sem citar medidas disciplinares. O caso, contudo, chegou até o reitor da universidade, Antônio Cruz Serra, que anunciou à agência Lusa a instauração de um processo disciplinar. A direção da Faculdade de Direito marcou uma reunião com os representantes discentes dos brasileiros.

“Este é mais um episódio de xenofobia de portugueses contra alunos estrangeiros. Os ânimos ficaram acirrados hoje, mas estamos satisfeitos com a resposta da Universidade”, afirmou Elizabeth Matos Lima, aluna de mestrado da instituição e presidente do Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros (Nelb).

Estudantes brasileiros queixam-se da discriminação também por parte de docentes. “Teve um professor que humilhou uma turma inteira, dizendo que os brasileiros não eram comprometidos, que só querem viajar e passear. Felizmente, ele acabou suspenso”, relatou um aluno.

Histórico. A presidente do Nelb explica que a tensão tem crescido nos últimos dois anos, por causa de um forte aumento da presença de alunos de mestrado e doutorado vindos do Brasil. “É comum nas turmas de mestrado que, de um total de 15 alunos, entre 10 e 13 sejam brasileiros”, conta.

topo 

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL PROCURAR, COMPARAR E ESCOLHER CADERNO ESPECIAL TRAZ UMA PRÉVIA DO CONTEÚDO DO ESTADÃO GUIA DO MBA, QUE ESTÁ NAS BANCAS. SITE E APLICATIVO COMPLEMENTAM A EXPERIÊNCIA**

Mergulhar na educação executiva por meio de um MBA não é um processo fácil (nem barato). Como fazer essa escolha? Como saber qual é o melhor investimento para a carreira?

Ao ajudar a procurar, comparar e escolher, o Guia entrega um estudo exclusivo que mapeia mais de 1.600 programas de várias instituições. Saiba como ter a melhor experiência com o caderno e obter informações ainda mais aprofundadas na revista no site e no aplicativo.

### **CLASSIFICAÇÃO**

Para navegar pelo conteúdo e ajudar a selecionar o MBA que mais combina com seu perfil pessoal e profissional, os cursos foram organizados em três grandes grupos:

clássicos (administração e gestão de negócios), especializados (englobam os segmentos — marketing, finanças, TI, gestão de projetos e relações internacionais, entre outros — além de cursos setoriais, como gestão de saúde, agronegócio, engenharia, educação e gestão pública) e internacionais.

## REGIÃO E ESTADO

Dentro de cada um desses recortes, os MBAs são apresentados primeiro por região e depois por Estado. Como este Guia não é um ranking, a partir da localidade os cursos são mostrados em ordem alfabética.

## INFORMAÇÕES

A ficha de cada curso exibe os nomes do MBA e da instituição de ensino, além de formato das aulas, cidade, site, telefone de contato, carga horária e os ícones de cada um dos atributos (vivência internacional, networking, conhecimento, processo seletivo, selos de qualidade e investimento).

topo ↕

### **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL ESCOLHA CERTA DEPENDE DE INFORMAÇÃO QUALIFICADA O ESTADÃO GUIA DO MBA CHEGA À QUARTA EDIÇÃO COMPLETO, CONSISTENTE E COM SUA VERSÃO DIGITAL MAIS ROBUSTA, COM O OBJETIVO DE AJUDAR O LEITOR A INVESTIR COM SEGURANÇA NA CARREIRA**

As mais variadas formas e muitas opções. Diante do vasto cardápio de cursos de pós-graduação espalhados pelo País, a escolha de qual caminho seguir nunca é fácil. Um bom programa de MBA não existe. O que existe é o curso mais adequado para cada um. Nesse caso, fatores como tempo, dinheiro, objetivos e disposição são imperativos. Tudo isso, inclusive, precisa ser conjugado com o estágio da carreira em que cada um se encontra.

Para ajudar o leitor a entender as nuances dos cursos de MBA, como também a diferença entre eles e outras modalidades de programas, como o mestrado profissional, é que surge esta quarta edição do Estadão Guia do MBA.

Esta edição é uma ferramenta poderosa de pesquisas para os leitores compararem e selecionarem uma boa opção. São mais de 1.600 cursos. Por meio de critérios claros e isentos, o levantamento indica aspectos de qualidade e características dos cursos.

No site da publicação ([www. guiadombaestadao.com.br](http://www.guiadombaestadao.com.br)) é possível explorar informações importantes e detalhadas sobre cada um dos cursos. No aplicativo do Guia, disponível para download na Apple Store e no Google Play, uma ferramenta permite comparar os MBAs e chegar à escolha para o perfil de cada um. Encontre um MBA para chamar de seu. E boa sorte.

topo ↕

### **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL LEVANTAMENTO APROFUNDADO E EXTENSIVO MAIS DE 1.600 CURSOS FORAM CLASSIFICADOS COM BASE EM CRITÉRIOS RELEVANTES**

Desde a sua criação, em 2016, o **Estadão Guia do MBA** analisa a oferta dos cursos de gestão do País com a missão de ajudar o leitor a fazer uma escolha segura de qual caminho seguir. São considerados vários aspectos interessantes para o futuro estudante, como objetivos, localidade, valor do curso e carga horária.

“MBA se tornou, em muitos casos, um pronome de tratamento para valorizar um curso de pós-graduação. Com essas três letras, os nomes de cursos ficam mais atraentes e mais competitivos”, afirma Armando Dal Colletto, especialista em educação, ex-diretor da Associação Nacional de MBAs (Anamba) e coordenador do Guia. “Como consequência, temos uma diversidade gigantesca de currículos e muitos deles bem especializados. Os alunos dos mais diferentes segmentos econômicos, especialidades profissionais e aspirações de carreira têm para sua escolha uma gama imensa de opções.”

## INFORMAÇÕES

O Guia obteve informações em todo o País, partindo da lista de cursos de pós-graduação lato sensu registrados no MEC, além de outros oferecidos por escolas internacionais, e pesquisando de forma direta os produtos oferecidos por instituições de ensino. Foram enviados pela internet questionários com 50 perguntas. As respostas alimentaram uma base de dados com mais de 1.600 cursos. No total, 20% das respostas foram validadas e checadas por amostragem. O questionário continha perguntas de múltipla escolha e questões abertas, sobre diferentes temas relativos aos programas de pós-graduação.

## ATRIBUTOS

Com o objetivo de mapear os cursos e contribuir para que o aluno faça uma escolha acertada e um bom investimento, foram analisados seis atributos: vivência internacional, conhecimentos oferecidos, criação de networking, selos de qualidade, processo seletivo e investimento. “O aluno de MBA prioriza ampliar conhecimentos e a rede de contatos, progredir na carreira, aumentar a remuneração e adquirir um entendimento maior do mundo dos negócios”, diz Dal Colletto. “Abordamos essas demandas ao elaborar os atributos.”

## CRITÉRIOS RELACIONADOS

Cada um dos atributos é composto por determinados critérios. Colocados em um algoritmo, esses critérios receberam tratamento estatístico e geraram, para cada atributo, ícones de classificação que vão de zero a cinco estrelas (como em um guia gastronômico ou de hotelaria) – essa informação ajuda a tomar uma decisão, porque mostra o que se destaca em cada um dos cursos apresentados (leia mais em Pesos e Medidas).

## ÍCONES

O que determina o número de ícones ao lado de cada atributo? Alguns dos critérios são objetivos. É o caso do “selos de qualidade”. Como na obtenção de uma certificação ISO (conjunto de normas padronizadas de funcionamento), esse tipo de certificação é dado por instituições credenciadas, após um processo rigoroso de auditoria. “Neste caso, não há subjetividade: ou o curso tem a certificação, ou não tem”, diz Dal Colletto. Outros

atributos, porém, têm critérios menos exatos. Para medir a força do networking, por exemplo, são considerados: posição hierárquica dos alunos, tamanho da classe, tempo de existência do curso e interação com ex-alunos, entre outros itens. “Um profissional mais experiente tende a ter uma rede maior, do mesmo modo que um diretor traz consigo mais influência”, avalia o coordenador. “Mas há uma certa subjetividade nesses indicadores.”

## NÃO É UM RANKING

O Guia não usa notas para formar um ranking. As necessidades de cada aluno são diferentes, de acordo com o que ele busca para sua vida. O fato de um MBA ter mais ícones no atributo vivência internacional pode torná-lo mais interessante para um estudante que deseja investir fortemente nesse tipo de experiência, mas não para todos. Do modo como foi organizado o estudo, o candidato consegue ter base comparativa que coloca lado a lado os melhores, entre os que têm ofertas parecidas.

## CONSELHO EDITORIAL

O conselho editorial é composto por especialistas reconhecidos pelo mercado. Eles acompanham o trabalho e dão seu aval sobre a metodologia de elaboração do Guia. São diretores de algumas das principais associações que zelam pela qualidade e excelência dos cursos, bem como pelo desenvolvimento da competitividade brasileira.

topo 

### **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL MBA À BRASILEIRA**

#### **FORMATOS DOS CURSOS NO BRASIL SEGUIRAM UM CAMINHO DIFERENTE DA PROPOSTA AMERICANA E EUROPEIA, MAS TAMBÉM ATENDEM VÁRIOS PÚBLICOS**

Nos Estados Unidos, atualmente, mais de 6 mil instituições oferecem cursos de MBA, muitos deles totalmente online. Mas depois de o embrião desses programas surgir em 1900 na escola de negócios da Dartmouth College, em Hanover (EUA), e ganhar impulso em Harvard, em 1908, com os primeiros 80 alunos inscritos na escola de negócios, ele chegou ao Brasil apenas nos anos 1990. A abertura do mercado, o desenvolvimento econômico e o aumento das exigências de conhecimento formal impulsionaram os chamados MBAs brasileiros.

O perfil de público dos cursos de alto nível no Brasil apresenta uma unidade. Como define o professor Jesuíno Irineu Argentino Junior, diretor de pós-graduação Lato Sensu da Unip, os MBAs da instituição atendem “profissionais de diversas formações que buscam aliar aos conhecimentos específicos da área outras ferramentas que os capacitam para a gestão de um negócio, principalmente nas áreas de pessoal, finanças, marketing e estratégia”.

Um profissional formado há cinco anos que busca conhecer mais ferramentas de aplicação imediata para o seu dia a dia no trabalho é um dos exemplos de perfil de aluno que aparecem nas classes de MBA. Mas existem outros.

Como aquele médico de cabelos grisalhos que, após montar sua própria clínica, que cresceu bastante nos últimos anos, precisa ampliar seu conhecimento de administração. O mesmo raciocínio se aplica, segundo Paulo Lemos, diretor de Educação Executiva da

FGV, a um engenheiro, uma arquiteta ou até a um físico nuclear. “São pessoas que precisam de mais conhecimento de gestão”, diz o professor. Alunos que na sua formação de graduação tiveram pouco contato com ferramentas de análise financeira, por exemplo. Ou até mesmo de como administrar seu negócio ou sua área dentro de uma empresa. Assuntos novos, como análise de grandes conjuntos de dados, nem faziam parte de currículos acadêmicos com mais de dez anos.

Apesar de em termos práticos os cursos brasileiros se aproximarem dos objetivos dos MBAs oferecidos nos Estados Unidos e na Europa, no quesito formal existe uma importante diferença. Mesmo a sigla MBA significando Master of Business Administration, o que seria um mestrado profissional, no Brasil os milhares de cursos com a sigla MBA não têm status de mestrado.

“No País, os cursos MBA estão no mesmo nível de classificação de qualquer especialização (pós-graduação lato sensu), diferentemente da origem americana e de países da Europa ou do Canadá onde o MBA é considerado um mestrado com foco no mercado de trabalho”, diz Argentino Junior, da Unip.

Se o importante é focar no mercado de trabalho, em vez de seguir um caminho acadêmico, em que o mestrado e o doutorado fazem mais sentido, o grande diferencial dos MBAs e dos chamados mestrados acadêmicos está na formação do corpo docente.

No caso da Unip e da FGV, as instituições garantem que os professores possuem sólida formação acadêmica, mas também têm visão atualizada do mercado de trabalho. O objetivo, com esse grupo de professores, segundo Argentino Junior, da Unip, é “capacitar, qualificar e orientar os alunos para que eles consigam obter o sucesso desejado nas carreiras. Tornando-se profissionais com excelência, para promover o desenvolvimento e o crescimento tanto de negócios próprios quanto nas empresas que os contratam”.

Do ponto de vista legal, os cursos de MBA no Brasil não precisam de autorização ou renovação de reconhecimento do governo federal para captar alunos. Porém, os cursos de especialização, entre eles todos os MBAs, apenas podem ser oferecidos no mercado por instituições de ensino superior credenciadas no MEC.

Elas precisam demonstrar competência, experiência e capacidade instalada para funcionar. A instituição credenciada, segundo o Ministério da Educação, deve ser diretamente responsável pelo curso (projeto pedagógico, corpo docente e metodologia). Ela não pode apenas cancelar ou validar os certificados de conclusão de curso emitidos por terceiros nem delegar essa atribuição a outras instituições de ensino, como cursinhos, segundo ainda as normas do ministério.

[topo](#)

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL MBA OU MESTRADO PROFISSIONAL, EIS A QUESTÃO PARA MUITOS ESTUDANTES QUE PROCURAM ATUALIZAÇÃO NO CURRÍCULO, O DILEMA É APRENDER A USAR UMA CAIXA DE FERRAMENTAS PROFISSIONAL OU MERGULHAR COM PROFUNDIDADE NO MÉTODO CIENTÍFICO**

Um conflito frequente nos dias atuais quando se decide por um aprimoramento profissional é escolher entre um MBA e um mestrado profissional. Por isso, conhecer

melhor como esses cursos são desenhados dentro das principais instituições de ensino do País é um atalho importante na ajuda para saber qual caminho seguir.

A simbologia usada pelo professor Gilberto Sarfati, coordenador do Mestrado Profissional em Gestão para Competitividade da FGV (Fundação Getúlio Vargas), é interessante. Para ele, os cursos atuais de MBA funcionam como “uma caixa de ferramentas”. Nesses cursos, segundo Sarfati, os alunos graduados há três ou quatro anos na maioria das vezes buscam conhecimento prático para ser usado nas empresas em que eles trabalham no dia seguinte ao do aprendizado, se for o caso. “São cursos mais adequados para um público formado há pouco tempo na graduação, que busca ascensão profissional. O conhecimento adquirido nas aulas é para ser usado de forma imediata”, afirma. Pessoas que ocupam cargos de analista e querem subir para o nível de gerência, por exemplo, fazem parte das turmas de MBA, segundo o especialista da FGV.

Não que as alunas e os alunos dos cursos de mestrado profissional não queiram também ter ascensão profis

sional. Mas, nas classes desse tipo de curso, a média de idade costuma ser maior, ao menos no caso da FGV. “No nosso caso, costumam nos procurar profissionais com média de 40 anos que visam outro tipo de aprofundamento”, diz Sarfati. Nos mestrados profissionais, existe uma busca por um maior entendimento da lógica científica. É o espaço, segundo o coordenador da FGV, para “aprofundar o uso dos instrumentos científicos no desenvolvimento do universo de trabalho de cada um”.

O programa de gestão para competitividade da FGV está dividido em sete linhas: Finanças e Controladoria, Gestão de Pessoas, Gestão de Supply Chain, Gestão de Saúde, Sustentabilidade, Tecnologia da Informação e Varejo. Os cursos têm duração de um ano e seis meses. As aulas podem ser feitas junto com as atividades profissionais.

No caso do Insper, por exemplo, outra instituição que também oferece o mestrado profissional, o objetivo desse programa segue a mesma linha de outras escolas de destaque. “Os alunos do MBA são motivados a trabalhar com casos e aplicações práticas, são instigados a explorar como fazer a gestão e tomar decisões. No mestrado profissional, entretanto, estimulamos os alunos a aprofundar os temas propostos com base em pesquisas empíricas, técnicas estatísticas e artigos acadêmicos”, diz Guy Cliquet do Amaral Filho, coordenador executivo da Pós-Graduação Lato Sensu do Insper.

Na escola, os alunos podem optar por três cursos de mestrado profissional, todos em regime parcial. Existem os programas de Administração, de Economia e o de Políticas Públicas.

Uma das características dos programas do Insper, além da atuação profissional, é preparar os alunos para a docência em cursos aplicados. Ao longo das aulas, existe um estímulo para uma constante troca de experiências entre os professores e os alunos. A reflexão sobre questões recorrentes do meio corporativo dá o tom dessas discussões.

“No nosso caso, tratamos o mestrado profissional em Comportamento do Consumidor como um mestrado acadêmico voltado para o mercado”, afirma Cristina Helena Pinto



de Mello, pró-reitora nacional de Pesquisa da ESPM. Durante o curso, segundo Cristina, os alunos desenvolvem uma pesquisa, com rigor técnico e muita investigação. “Nós estimulamos a apresentação de pesquisas em congressos e a publicação de artigos”, diz.

Por tentar fazer uma ligação mais robusta entre o método científico, com suas implicações teóricas, e o universo prático, de acordo com o curso escolhido, a opção por um mestrado profissional requer também uma atenção especial em relação ao corpo docente.

Um curso com professores com vivência tanto na área acadêmica quanto no mercado de trabalho, no dia a dia dos setores tanto público quanto privado, tende a ser mais interessante para quem decide, de forma consciente, pelo mestrado profissional.

Esses tipos de curso, na prática, são diferentes dos mestrados acadêmicos, em que o estudante precisa, além de conhecer o método científico, cumprir uma série de ritos para defender uma dissertação que lhe dará o grau de mestre. Nesse caso, o mestrado funciona como um primeiro degrau na carreira acadêmica de quem decide ser professor ou pesquisador de universidades públicas ou privadas. A sequência da carreira envolve depois o doutorado, o pós-doutorado e assim por diante.

Do ponto de vista da regulamentação feita pelo MEC, tanto o chamado mestrado acadêmico quanto o mestrado profissional são cursos de pós-graduação stricto sensu. No Brasil, existem por volta de 700 programas de mestrado profissional. Em tese, um não tem mais peso ou importância do que o outro. Os mestrados profissionais são regulamentados desde 2009. E o governo federal divulga avaliações com os conceitos dos programas.

Nessa opção de pós-graduação voltada mais para o mercado, a dissertação de fim de curso sempre busca fazer uma relação direta entre o método científico e a atividade prática do aluno em seu campo de trabalho específico. Além da tese em si, outras opções de avaliação final são regulamentadas pelo MEC.

A lista é grande. Inclui, por exemplo, patente, propriedade intelectual, desenvolvimento de aplicativos, consertos e protótipos para desenvolvimento. O aluno pode também publicar artigos científicos inéditos e inovadores como conclusão do curso.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL**

### **OPÇÕES LATO SENSU MULTIPLICAM-SE**

### **BIG DATA, RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, GESTÃO HOSPITALAR E VÁRIAS OUTRAS OPÇÕES APARECEM NO CARDÁPIO CADA VEZ MAIS DIVERSIFICADO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BRASILEIRAS**

Se os MBAs clássicos nasceram dentro do universo dos negócios e os cursos mais tradicionais continuam navegando nessa linha, também é verdade que a gama de opções na pós-graduação lato sensu se multiplicou ao longo da última década. Tanto em termos de conteúdo, como é o caso de programas na área de esportes ou em história da arte, quanto nos formatos em que os produtos são ofertados aos alunos.

No cardápio de instituições com boas avaliações acadêmicas, caso do Ibmecc e da FIA (Fundação Instituto de Administração), os programas de MBA tradicionais focam em assuntos atuais, como big data, inteligência artificial e internet das coisas.

Instituições como a FGV também organizam MBAs que procuram focar em temas específicos, caso de gestão hospitalar ou relações governamentais. “O mundo está ficando

cada vez mais complexo. Por isso, a gama de cursos aumenta para dar conta de focar em áreas diferentes”, diz Paulo Lemos, diretor de Educação Executiva da FGV-SP.

Caso dos produtos MBA executivo em Business Analytics e Big Data ou MBA em relações governamentais da instituição. “É o que nos Estados Unidos chamamos de lobby, mas não tem nada a ver com corrupção. Essa relação com o governo é uma área cada vez mais importante”, afirma Lemos, professor da FGV.

Escolas como a ESPM, além de abordar temas atuais, têm procurado também abrir bastante o leque. A instituição oferece, inclusive, um programa de pós-graduação sem grade curricular.

“No DBLab, o aluno apresenta um projeto na área de negócios digitais e, quando aprovado, passa por uma outra dinâmica. Ele terá um mentor que o auxiliará a trilhar um caminho único dentro da instituição, que pode envolver cursos de curta duração ou outras atividades acadêmicas”, afirma Tatsuo Iwata Neto, pró-reitor de Pós-Graduação Lato Sensu da ESPM. Segundo o professor, não pode ser uma simples ideia ou um projeto. Os alunos escolhidos apresentam sempre um negócio real, que já está rodando no mundo dos negócios.

“Em todo o nosso programa de educação continuada, como indica também o nosso plano diretor, os alunos precisam sair dos nossos cursos como um agente transformador, em todos os sentidos. Tanto em relação à sociedade quanto ao universo profissional”, diz Iwata Neto.

Na última década, a grande oferta dos chamados cursos de MBA, masters ou outros produtos de especialização dentro do universo da pós-graduação lato sensu criou um efeito adverso no mercado nacional. O termo MBA, que na prática deveria ser usado apenas em cursos que envolvem o mundo dos negócios, acabou sendo distorcido. “No Brasil, caímos em uma armadilha. Houve uma banalização de tudo. O nosso posicionamento é que para chamar um curso de MBA ele tem que ser ligado à origem dele. Ou seja, o programa precisa estar atrelado à área de negócios. Quem procura esse tipo de curso costuma também buscar uma formação concreta, rápida e imediata”, diz o pró-reitor da ESPM.

Não que os MBAs oferecidos em diversas áreas do conhecimento, como recursos hídricos, petróleo e gás ou sustentabilidade, não sejam importantes, muito pelo contrário. Em um mundo onde as relações entre as áreas estão cada vez profundas, cursos focados nos diversos setores da sociedade vão ajudar cada vez mais os profissionais que querem continuar investindo em educação.

O mercado exige cada vez mais conhecimento e, na maioria dos casos, também remunera mais quem procura pelo caminho do aprendizado qualificado. Muitas vezes, a volta às instituições de ensino para os mais experientes, que não nasceram em um mundo digital, é uma oportunidade bastante saudável de ter contato com a geração

digital, que está chegando cada vez mais nos cursos de formação continuada.

Por isso, a diversidade dos produtos de pós-graduação vai crescer ainda mais. Seja em conteúdo, em opções de preço, carga horária e horários ao longo da semana em que eles são oferecidos.

A ESPM, por exemplo, vai passar a ter um produto oferecido pela manhã, entre 7h e 9h, antes de o dia dos negócios começar. Outras escolas investem pesado em programas à noite ou nos fins de semana. Características que variam, inclusive, em termos geográficos dentro de um país do tamanho do Brasil.

Estratégias usadas pelas escolas englobam horários flexíveis, cursos sem grade curricular e programas focados em áreas específicas, como esporte e arte

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### Comissão não vê ideologia em questões do Enem

### Segundo Marcus Vinicius Rodrigues, ex-presidente do Inep, percentual de perguntas não recomendadas para a prova é ínfimo

O ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Marcus Vinicius Rodrigues afirmou que não foi constatado viés ideológico nas questões que podem compor o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

As perguntas do Banco Nacional de Itens (BNI) passaram pelo pente-fino de uma comissão formulada para inspecionar as perguntas e vetar aquelas que tivessem “ideologia”. Segundo Rodrigues, exonerado há um mês, o percentual de itens considerados problemáticos foi ínfimo.

A comissão foi criada em março, quando Rodrigues ainda estava à frente do Inep, e composta por três membros: Marco Antônio Barroso Faria, secretário de Regulação e Supervisão do Ministério da Educação; Antônio Mauricio Castanheira, diretor de Estudos Educacionais do Inep; e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, que entrou como representante da sociedade civil.

— A análise não constatou isso (que havia ideologia nas questões). O índice de questões analisadas que apresentaram problemas foi muito pequeno. Praticamente não havia (ideologia). Um percentual mínimo foi excluído — disse o ex-presidente do Inep.

## PROCESSO SIGILOSOS

Em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo” no início de abril, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que a comissão formada para fazer o pente-fino no Enem não seria mantida. Ao GLOBO, o governo informou, via Lei de Acesso à Informação, que os itens “não recomendados” para a montagem do Enem não foram excluídos do banco.

A reportagem solicitou detalhes sobre os resultados da Comissão de Verificação do Enem, mas teve o pedido negado, sob alegação de que as conclusões do grupo são sigilosas. O GLOBO recorreu, mas ainda não obteve resposta. Questionado sobre detalhes do trabalho da comissão e quais itens teriam sido vetados no BNI, Rodrigues

também não quis comentar.

—Foram vistas todas as questões. Essa revisão foi um cuidado que tivemos por solicitação do nosso presidente (Jair) Bolsonaro. Foi feita toda a revisão de forma muito criteriosa, usando técnicas adequadas. E isso era necessário — disse ele, acrescentando: — Para não ser tendencioso, o que fiz foi rever todas as questões do banco e, quando forem montar a prova, o universo do qual tirarão as questões já foi revisto e não será tendencioso. Foram três pessoas (fazendo esse trabalho) durante 15 dias.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

### Mora na filosofia

No dia 15, no Teatro Casa Grande, será lançado o ato "Vamos defender a inteligência", organizado por, entre outros, Roberto Amaral, que foi ministro de Ciência e Tecnologia do governo Lula. Será um protesto diante das declarações de Bolsonaro contra os cursos de Filosofia e Sociologia.

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### País precisa investir R\$ 64 bi até 2024 para alcançar meta no ensino superior

Um cálculo atualizado da dívida do Fies foi publicado pelo jornal "O Globo" no sábado passado e indicou um saldo aproximado de R\$ 13 bilhões. Mas a ABMES contesta esse valor, que inclui parcelas com apenas uma semana de atraso. "A prática de cobrança tem que ser aprimorada, o governo não sabe cobrar."

Niskier acredita que Weintraub pode se revelar um bom ministro pela formação em economia e gestão. "Me parece um nome adequado em termos de formação para a discutir o futuro da educação." Mas admite que a sucessão de mudanças no MEC deixou o setor de educação superior em compasso de espera.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6232427/pais-precisa-investir-r-64-bi-ate-2024-para-alcancar-meta-no-ensino-superior>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS

### Banco estrangeiro amplia oferta de financiamentos em reais

A perspectiva de mais investimentos no país tem levado bancos estrangeiros a se organizar para financiar empresas brasileiras em reais, algo que boa parte deles só fazia pontualmente.

O grande atrativo são os projetos de infraestrutura esperados para os próximos anos, mas setores como energia, saúde e educação também estão no radar.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/financas/6232147/banco-estrangeiro-amplia-oferta-de-financiamentos-em-reais>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### Adesão a plano de gás abre ajuda do Tesouro a Estados

No caso do Fundo Social, Rodrigues disse que os recursos serão acessados por Estados que cumprirem indicadores sociais relacionados à educação básica e à mortalidade infantil. Segundo ele, a adequação do quadro regulatório do setor de gás também será

uma exigência para os governos estaduais usarem o dinheiro do fundo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6232419/adesao-plano-de-gas-abre-ajuda-do-tesouro-estados#impresso528172>

topo ↕

## **ABIPTI - TEMPO REAL**

### **Comunidade acadêmica convoca mobilização nacional contra corte em CT&I**

A situação da CT&I e da educação no País atingiu o nível mais crítico das últimas décadas. Com o contingenciamento recente de 42%, para 2019, nos recursos de investimentos do MCTIC, e de 21% do MEC, o funcionamento das agências de fomento à pesquisa do governo federal – CNPq, Finep e **Capes** – está ameaçado. Os cortes atingirão em cheio os institutos de pesquisa e universidades, e de forma intensa, a pós-graduação do País. O fato é ainda mais grave se observarmos que este patamar baixíssimo de recursos para CT&I se estenderá para 2020 e anos seguintes, em função da Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto para os gastos anuais do governo pelos próximos 20 anos com base no orçamento executado no ano corrente.

Evidentemente outras questões muito sérias, em relação à liberdade acadêmica e de pesquisa, à educação, à preservação do meio ambiente, aos direitos sociais e à própria democracia estão também em causa neste momento.

Diante deste quadro avassalador, a SBPC, em articulação com outras entidades científicas e acadêmicas nacionais, como a Academia Brasileira de Ciências (ABC), realiza nos dias 8 e 9 de maio, em Brasília, manifestações em defesa da ciência e tecnologia.

A ideia é mobilizar a comunidade científica em um movimento batizado #cienciaocupabrasilia. Espera-se que, com a adesão da rede nacional de entidades científicas e acadêmicas, essa mobilização se estenda por todo o País.

No dia 8, um ato no Congresso Nacional marca o lançamento da “Iniciativa de C&T no Parlamento – ICTP.br” e em defesa da ciência brasileira, com a presença de entidades científicas, instituições de pesquisa e pesquisadores de todo o País. A ICTP.br é coordenada pela SBPC, ABC, Confap, Andifes, Consecti, FSMCT, Confies, Conif.

“Todas as sociedades científicas estão convidadas a integrarem e participarem desta Iniciativa. Será muito importante termos no Congresso representantes de todas as entidades científicas e acadêmicas, bem como de instituições de pesquisa, universidades, institutos federais, entidades empresariais ligadas à CT&I, grupos de pesquisa, INCTs, etc.. É fundamental contarmos ali com um número significativo de representantes da nossa comunidade”, ressalta o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, em carta enviada nesta segunda-feira, 15 de abril, às instituições.

No dia 9 de maio está programada uma reunião desses representantes com o ministro Marcos Pontes. O encontro foi articulado pela SBPC e ABC. Na sessão, serão discutidas as questões essenciais deste momento, levantadas no Fórum das Sociedades Científicas Associadas à SBPC, realizado em março, em São Paulo. O número e a composição dos participantes desta reunião ainda estão sendo definidos com o MCTIC.

“A SBPC conclama as sociedades científicas afiliadas que mobilizem os sócios de suas

entidades para a discussão de estratégias de atuação e para a preparação e a realização de atos que se contraponham aos cortes drásticos nos recursos para a C&T no País e a outros retrocessos”, reitera o documento.

Todas as ações que estiverem sendo organizadas nos diversos estados serão divulgadas pela SBPC, por meio do Jornal da Ciência e suas redes sociais.

topo ↕

## **ABIPTI - TEMPO REAL**

### **Curso do Abipti Capacita é destaque no site do Governo de Sergipe**

Elaborar projetos consistentes e capazes de vencer editais, atraindo um bom volume de recursos para o estado é uma meta do Governo. Por isso, o Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS) realizou, na semana passada, o curso ‘Elaboração de Projetos para Captação de Recursos em CT&I: da teoria à prática’. O evento aconteceu em parceria com a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti), através do programa Abipti Capacita, cujo foco é ofertar cursos gratuitos ao público, baseados no ecossistema de ciência, tecnologia e inovação.

Pesquisadores, empresários, empreendedores e gestores estão participando da iniciativa, como é o caso do superintendente executivo da Secretaria de Educação (Seduc), Ricardo Santana. Para ele cursos deste tipo ajudam na sistematização dos projetos e na busca por fonte de recursos, fazendo com que os participantes sejam capazes de identificar os editais mais interessantes em suas determinadas áreas.

“Normalmente os órgãos não possuem um setor delimitado de captação de recursos. No geral estão acostumados a buscar verbas nas fontes tradicionais, no caso a Secretaria de Educação, por exemplo, com o Ministério da Educação. A ideia é que a gente enxergue outras oportunidades, e para isso é preciso se ter uma equipe mais qualificada, afinal a sistemática de elaboração de projetos, não é algo trivial”, conta.

Para a gerente de atividades técnicas do ITPS, Ana Virgínia Figueiredo, que também participou da capacitação, o curso foi fundamental. “Nos trouxe conhecimento sobre como propor os projetos de forma mais completa. Acredito que em um futuro próximo conseguiremos captar boas verbas nestas áreas para o estado”, frisa. Para ela, foi muito válido também o treinamento ter ocorrido em Aracaju, principalmente pelo fato de muitos técnicos do ITPS terem tido a oportunidade de participar. “Em torno de dez pessoas aqui do órgão puderam acompanhar a atividade”, completa.

O diretor-presidente do ITPS, Kaká Andrade, que também é vice-presidente da Abipti pela região Nordeste, explica que a iniciativa de trazer a capacitação a Aracaju, nasceu da necessidade de aperfeiçoar os profissionais envolvidos na elaboração desses projetos. “O que se vê é que, apesar do momento econômico delicado e do contingenciamento, ainda existem recursos no Governo Federal, mas faltam projetos de qualidade. Não podemos permitir que esses recursos fiquem parados ou sejam devolvidos. Temos que agir e nos capacitar para atrair para Sergipe recursos que possibilitem a execução de projetos de ciência, tecnologia e inovação, além do desenvolvimento social e econômico de nosso estado”, ressalta.

Público de todo o país

A Abipti é referência neste tipo de curso e possui uma metodologia diferenciada, baseada em diversos cursos similares, onde os participantes, sejam pesquisadores ou idealizadores de projetos de inovação, aprendem a elaborar um material de qualidade, inclusive participando de oficinas. No conteúdo programático em questão constam ainda informações gerais acerca do sistema de ciência, tecnologia e inovação no país.

O economista, especialista em inovação tecnológica, e assessor da Abipti, Félix Andrade, é o instrutor do curso e informa que a metodologia não se restringe somente a elaboração de projetos. “Damos uma espécie de visão geral do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação no país, especificando como atuar, em nível estadual ou federal, e falando também sobre o marco legal, que teve uma evolução incrível e hoje é algo de primeiro mundo”, completa.

Para a coordenadora geral de programas estratégicos do **Capes/MEC**, Priscila Cagni, que veio a Sergipe especialmente para a capacitação, o curso está sendo muito proveitoso. “Participar de algo assim, além de promover nossa interação com diversos atores que compõem o sistema nacional da ciência e tecnologia, oportuniza que a gente melhore nossos editais, para que eles sejam mais fáceis de ser interpretados pelos pesquisadores que vão precisar submeter as propostas. Afinal, a maior dificuldade deles não é na elaboração, porque normalmente a gente tem um roteiro para cada edital, mas na identificação do seu objeto”, relata.

Já Marcel Cabral, da C&S Vigilância e Segurança Patrimonial, do estado do Pará, conta que veio a Sergipe participar do curso porque sua empresa quer desenvolver tecnologia própria através de softwares e sistemas de monitoramento. “Estar aqui possibilita que a gente vá abrindo portas para o conhecimento técnico, além de ver como as instituições financeiras podem nos ajudar investir na inovação e tecnologia que precisamos”, declarou.

topo ↕

## **BAHIA REPORTER - TEMPO REAL**

### **Portaria dispensa produção acadêmica de professores de mestrado e doutorado a distância**

O presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, o engenheiro **Anderson Ribeiro Correia**, baixou portaria que dispensa a “produção acadêmica” na escolha de professores de mestrado e doutorado a distância. A exigência contida numa portaria anterior (veja abaixo) foi revogada. A partir de agora, basta que o profissional apresente “produção intelectual”.

topo ↕

## **GAZETA DO CERRADO - TEMPO REAL**

### **Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil**

O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

## MAIORIA ENTRE ESTUDANTES, MINORIA ENTRE PROFESSORES

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês,



polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.  
[Agência Brasil]

topo ↕

## **GRANDE PICOS - PI - TEMPO REAL**

### **IFPI faz pré-seleção para o PIBID**

O Instituto Federal do Piauí divulga edital do processo de pré-seleção de alunos de licenciatura para preenchimento de vagas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Estão sendo contempladas as áreas de Informática, Biologia, Física, Química e Matemática, nos campi Angical, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato Teresina Central, Teresina Zona Sul e Uruçuí.

As inscrições serão realizadas, de 25 de abril a 2 de maio, de 8h às 12h e de 14h às 18h, nas coordenações dos cursos onde o PIBID possui subprojeto.

A seleção será conduzida pela comissão formada pelo docente orientador de área do subprojeto e pelo coordenador ou membro do colegiado do curso em questão.

O resultado desta pré-seleção não implica a imediata contratação do bolsista, pois esta condiciona-se à aprovação e à liberação de cotas de bolsas pela **CAPES**.

topo ↕

## **JORNAL BOM DIA (RS) - TEMPO REAL**

### **Mestrados da UFFS já colecionam histórias de sucesso com egressos em doutorados**

### **Conheça três mestres formados no Campus Erechim e que estão seguindo jornada acadêmica no Brasil e no exterior**

Além de oportunizar o acesso a cursos de Graduação gratuitos no Alto Uruguai gaúcho, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim também é responsável por proporcionar quatro mestrados, também sem custo de mensalidades. São programas de pós-graduação que, além de formar pessoal docente em uma região

antes desassistida deste nível formativo, auxiliam na produção de conhecimentos para subsidiar políticas, programas, planos e projetos em diferentes áreas do conhecimento.

No Campus Erechim, o primeiro mestrado, criado em 2013, foi em Ciência e Tecnologia Ambiental. Depois, em 2015, foram implementados o Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e o Mestrado Profissional em Educação. No ano passado, em parceria com o Campus Chapecó, a UFFS teve aprovado pela **Capes** o Mestrado em Geografia.

Nesses poucos anos de existência, os programas da UFFS já formaram dezenas de mestres. Comprovando a qualificação de excelência, muitos dos egressos já foram para doutorados em universidades renomadas, como UFRGS e UFPR, e até no exterior.

Abaixo você vai conhecer três histórias de egressos que estão em doutorados. Ficou interessado? O Mestrado Profissional em Educação e o Mestrado em Geografia estão com inscrições abertas de seus processos seletivos. Saiba mais no site [www.uffs.edu.br](http://www.uffs.edu.br).

Suéllen Tonatto Ferrazzo, mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela UFFS. É doutoranda em Engenharia Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“Ter realizado meu mestrado na UFFS me proporcionou, de forma gratuita e de qualidade, desenvolver habilidades, adquirir conhecimentos científicos e tecnológicos e aplicá-los de forma interdisciplinar. O Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental me permitiu compreender e vivenciar a aplicação da ciência para o estudo e o desenvolvimento de técnicas e produtos, que visam contribuir para a solução dos mais diversos problemas. Essas experiências me conduziram ao Doutorado em Engenharia Civil, na área de Geotecnia, na UFRGS. Meu tema de pesquisa no mestrado foi ‘estudo dos efeitos do ataque ácido nas propriedades química, mineralógica e morfológica de geomateriais’. Agora no doutorado vou trabalhar com o uso de resíduo de areia de fundição para base de pavimento asfáltico.”

Marlina Oliveira Schiessl, mestre Profissional em Educação pela UFFS. Hoje está no Doutorado em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

“Viver a experiência formativa de um mestrado em uma universidade pública e gratuita possibilitou a mim, professora da Educação Básica, a imersão em um processo de formação continuada e acadêmica que, ao longo de dois anos, impulsionou a desconstrução e reconstrução de minha caminhada profissional e, conseqüentemente, levou à transformação de minha realidade educacional. Minha pesquisa, acolhida pela professora Maria Sílvia Cristofóli, buscou compreender e intervir na formação continuada das coordenadoras pedagógicas atuantes na Educação Infantil da rede municipal de Brusque-SC. Os caminhos da pesquisa, vivenciados na coletividade do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da UFFS, foram determinantes no processo de constituição do meu eu enquanto pesquisadora, e, sem sombra de dúvidas, reafirmou as certezas sobre fazer pesquisa educacional voltada à

infância. Chego agora na Universidade Federal do Paraná (UFPR) para investigar as relações étnico-raciais voltadas às crianças e os seus processos de escolarização. Só tenho gratidão para com Erechim, minha cidade de origem, e para a UFFS, que acolheu meu sonho pessoal de fazer uma pós-graduação pública e de qualidade.”

Paulo Acácio Amarante Vasconcelos Soares, mestre em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFFS. Aprovado para doutorado na Stony Brook University (Nova York, EUA).

“Até pouco antes de ingressar na Graduação, eu sequer tinha ciência da existência de uma rede pública de Ensino Superior. Durante todo o meu Ensino Médio, eu não me imaginava cursando uma Graduação, porque não me imaginava capaz de pagar por uma. Isso tem a ver com o mestrado também. Durante o mestrado eu deixei de ser camelô e passei a ser professor ACT do Ensino Básico. Frequentei as aulas em Erechim e estagiei enquanto era professor com 30h semanais. Na Graduação, dediquei-me a analisar a relação entre cinema e história e, depois, terminei inserindo elementos da filosofia e da literatura no mestrado. Meu objetivo com a dissertação era depreender um pensamento sobre a História advindo do Cinema de Sylvio Back. Em 2016, o meu professor orientador, Fábio Feltrin de Souza, passou um tempo na Stony Brook University (SBU) como visiting scholar, depois de ter passado um período na Unicamp. Ele fez contato com o grupo de professores do Departamento de Língua e Literatura Hispânica. Entre eles, o professor Javier Uriarte, uruguaio que pesquisa, também, temas relativos ao Brasil. Desse contato veio a sugestão e a ideia de um estudante brasileiro na SBU, coisa que o programa carecia, já que tem um caráter bem internacional (mais da metade dos estudantes são de fora dos Estados Unidos). Fábio sugeriu meu nome e, quando retornou, me falou dessa possibilidade. Através dele passei a ter contato com o Javier e ele me sugeriu para que me candidatasse ao PhD. Eu nunca havia pensado em morar nos EUA. Mesmo que tenha aprendido sozinho inglês, nunca tive a pretensão de conversar neste idioma. Depois de entrevistas com os professores, finalmente consegui a aprovação com bolsa. Espero que esse período me abra novas portas, além de me permitir subir mais um degrau na escadinha acadêmica. Vejo a SBU como um verdadeiro portal para o resto da América Latina, provavelmente maior do que teria num programa brasileiro. A experiência seguramente será algo que eu não pensava que viveria, mas agora eu já consigo imaginar coisas maiores para depois.”

Egressos dos mestrados da UFFS – Campus Erechim que foram para doutorados:

Mestrado Profissional em Educação

Marlina Oliveira Schiessl: doutorado em andamento em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

João Marcelo Faxina: doutorado em andamento em Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Paulo Acácio Amarante Vasconcelos Soares: aprovado para doutorado na Stony Brook University (EUA).

Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental

Bruno Venturin: doutorado em andamento em Engenharia Agrícola na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Camile Thais Castoldi: doutorado em andamento em Produção Vegetal na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

César Tiago Forte: doutorado em andamento em Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Ediane Roncaglio Baseggio: doutorado em andamento em Agronomia na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Guilherme Victor Vanzetto: doutorado em andamento em Engenharia Civil e Ambiental na UPF.

Suellen Tonatto Ferrazzo: doutorado em andamento em Engenharia Civil na UFRGS.

Tomas Carlotto: doutorado em andamento em Engenharia Ambiental na UFSC.

topo ↗

## JORNAL GGN - TEMPO REAL

**Evento sobre reforma da Previdência cancelado pelo CAPES será realizado em praça pública**

**Entidades organizadoras mantém dia e horário (2 de maio, às 16h) do evento “Servidores Públicos Federais, Reforma da Previdência e o Sistema da Dívida”. O local será em frente à sede do CAPES**

Brasília - Para lembrar o Dia Nacional dos Aposentados e Dia da Previdência Social, e em protesto contra a reforma da Previdência, representantes do movimento nacional A Previdência é nossa! Pelo Direito de se Aposentar!, realizam um abraço no prédio da Previdência Social (Paula Labossière/Agência Brasil)

Jornal GGN – A Presidência da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, ligada ao Ministério da Educação, cancelou uma palestra sobre a reforma da Previdência dentro das dependências do prédio institucional.

O evento é organizado pelo Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT) em parceria com a Associação de Servidores da **CAPES (ASCAPES)**.

Em nota, o sindicato informou que o dia e horário do debate – 2 de maio, às 16h – estão mantidos e o evento será realizado em praça pública, em frente à sede da **CAPES**.

“No entendimento de que o evento tem como objetivo esclarecer os servidores sobre a Reforma da Previdência, assunto que afeta todo o conjunto da sociedade brasileira, o SindGCT recebeu com surpresa a decisão da **CAPES**, tendo em vista que vários outros órgãos dos três poderes têm realizado em suas sedes eventos semelhantes, organizados

pelas instituições que representam os servidores das diversas carreiras”, destacou a entidade.

A convidada para falar no seminário “Servidores Públicos Federais, Reforma da Previdência e o Sistema da Dívida” é a auditora fiscal da Receita Federal aposentada, Maria Lúcia Fattorelli, hoje Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

“Particularmente no caso da **CAPES**, chama a atenção a solicitação do cancelamento de um debate que contaria apenas com a presença de uma representante de uma associação sem fins lucrativos e de que não há no histórico recente da Fundação solicitação semelhante”, pontua o sindicato, lembrando ainda que o **CAPES** “é um dos órgãos responsáveis pela gestão da pós-graduação e da produção científica brasileira, espaços que, necessariamente, devem ser marcados pelo debate e pelo diálogo”.

Serviço:

Palestra – “Servidores Públicos Federais, Reforma da Previdência e o Sistema da Dívida”

Dia/horário – 2 de maio, às 16h

Local – Em frente à sede do **CAPES**

Endereço – Setor Bancário Norte (SBN) Q 2 Bloco L Lote 06 – Asa Norte, Brasília – DF, 70040-020

Convidada – Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida

[topo](#)

## O ANTAGONISTA - BLOG

### **Portaria dispensa produção acadêmica de professores de mestrado e doutorado a distância**

O presidente da **Capes** (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**), o engenheiro **Anderson Ribeiro Correia**, baixou portaria que dispensa a “produção acadêmica” na escolha de professores de mestrado e doutorado a distância.

A exigência contida numa portaria anterior (veja abaixo) foi revogada. A partir de agora, basta que o profissional apresente “produção intelectual”.

Significa que mesmo professores que não tenham um histórico de produção científico-acadêmica poderão ser aceitos pela **Capes/MEC**, caso tenham escrito livros, ainda que sem o rigor científico típico do ambiente acadêmico.

O Antagonista apurou que a medida é demanda de igrejas evangélicas que apoiam Correia no cargo, mas também agrada a ala ideológica do governo – liderada por Olavo de Carvalho, que dá cursos online.

Confira o texto da nova portaria:

Art. 17. Na análise da proposta, deverá ser considerado o conjunto dos docentes das Instituições de Ensino proponentes e associadas e sua respectiva produção intelectual (bibliográfica, artística e/ou técnica).

E o da antiga portaria, agora revogada:

Art. 19. Na análise da proposta, deverá ser considerado o conjunto dos docentes das Instituições de Ensino proponentes e associadas e sua respectiva produção acadêmica; artística e/ou técnica.

topo ↕

## REVISTA EDUCAÇÃO - TEMPO REAL

### Militarização das escolas públicas: soldado ou cidadão?

#### Rigor e disciplina dos colégios militares atingem bons resultados, mas a um custo alto e sob sérias críticas sobre qual é o legítimo papel da educação

A militarização de escolas públicas, apresentada como alternativa para conter a indisciplina e, indiretamente, melhorar a aprendizagem, está no centro do debate educacional. A proposta foi bandeira da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 e se tornou uma das prioridades do presidente para a área da educação. Tanto que o tema ganhou uma subsecretaria no Ministério da Educação (MEC) e foi objeto de um decreto publicado no “Diário Oficial” já no segundo dia de governo.

Assim sendo, a intenção do MEC é ganhar, voluntariamente, a adesão de estados e municípios ao modelo, mediante a oferta de recursos para a implantação de escolas em que militares e educadores compartilhem a gestão.

Posições ideológicas do MEC reacendem debate sobre alfabetização

Paulo Freire: debate ou confronto?

O Distrito Federal será o campo do projeto-piloto do governo federal. Em março, o MEC anunciou que vai destinar R\$ 10 milhões para a criação de 36 escolas públicas militarizadas no DF, que se somam a outras quatro que já adotam o modelo desde o início do ano letivo de 2019. Como resultado, a meta do governo do Distrito Federal é chegar ao fim de 2019 com 40 escolas cívico-militares, o que corresponde a cerca de 6% da rede, composta por 693 unidades de ensino.

#### Ampliação

Com efeito, outros estados também anunciaram que pretendem implantar ou ampliar a oferta de ensino em escolas militarizadas, entre eles Rio de Janeiro, Roraima e Sergipe. Na Bahia, escolas de cinco redes municipais aderiram ao modelo, por meio de convênio entre a União dos Municípios da Bahia (UPB) e o Comando da Polícia Militar do estado.

As estimativas dão conta de que já existem cerca de 120 escolas públicas militarizadas em pelo menos 17 estados. Aliás, a maior parte delas está em Goiás, que concentra 60 unidades. A meta anunciada por Bolsonaro durante a campanha é instalar pelo menos uma unidade deste tipo em cada unidade da federação.

Embora a proposta esteja ganhando mais e mais visibilidade, ao mesmo tempo ela desperta dúvida e controvérsia, em função de seus fundamentos: a tese que sustenta o modelo de escolas cívico-militares é a de que a divisão de responsabilidades da gestão entre militares (cuidando da administração e da disciplina) e os educadores, responsabilizando-se pelas questões pedagógicas, promove a pacificação das escolas, estimulando, de maneira indireta, a melhoria da aprendizagem.

escolas militares

MEC vai destinar R\$ 10 milhões para a criação de 36 escolas públicas militarizadas no Distrito Federal (foto: Luiz Tavares)

## Colégios militares x escolas militarizadas

Em resumo, as escolas públicas militarizadas são diferentes dos colégios militares, pertencentes ao Exército. Ao todo, existem 13 colégios militares do Exército no país. Como define o Regulamento dos Colégios Militares, trata-se de “organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica”. Posto que, também segundo o documento, têm o objetivo de capacitar os alunos para ingressar em estabelecimentos de ensino militares, como as escolas de cadete.

Do ponto de vista pedagógico, o currículo é orientado por valores e tradições do Exército, tendo como meta possibilitar que o aluno incorpore valores familiares e patrióticos, bem como formar jovens autônomos e criativos. Também existem escolas militares geridas pelo Corpo de Bombeiros ou pela Polícia Militar nos estados, com finalidades e objetivos semelhantes.

As escolas públicas militarizadas possuem uma natureza diferente, pois estão sob a responsabilidade das secretarias estaduais ou municipais de educação e, normalmente, funcionam num sistema da gestão compartilhada entre militares e educadores.

Só para exemplificar, o principal argumento para incorporar militares à gestão de escolas públicas é a pacificação do ambiente escolar que estaria tomado pela violência, prejudicando o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

## A violência na escola

No entanto, se, por um lado, existem evidências de que as agressões e atos de violência presentes em diversas escolas criam um ambiente prejudicial ao desenvolvimento e à aprendizagem, por outro, a questão que surge é se a militarização configura-se como uma alternativa capaz de solucionar os conflitos que perpassam o ambiente escolar.

Análise da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que em 55 países participantes do Pisa, em 2009, o desempenho dos estudantes tende a ser melhor onde o clima na sala de aula é mais propício à aprendizagem. De acordo com a organização, o clima escolar é uma das poucas características que apresentam associação significativa com o desempenho.

## Os dados

Por conseguinte, no que diz respeito à incidência de violência na escola, segundo pesquisa coordenada pela socióloga Miriam Abramovay, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) divulgada em 2016, 70% dos alunos de escolas públicas nas capitais investigadas afirmaram que houve violência na escola nos últimos 12 meses.

O estudo – que envolveu 6.709 estudantes, de 12 a 29 anos, em sete capitais (Maceió, Fortaleza, Vitória, Salvador, São Luís, Belém e Belo Horizonte) – também revela que 42% dos entrevistados sofreram violência verbal ou física na escola e que 25% das ocorrências se dão na sala de aula.

Seja como for, os de violência mais comuns são discriminação, ameaças e xingamentos,

muitas vezes com a roupagem de brincadeira. Agressões físicas e homicídios, caracterizados na literatura como “violência dura”, são mais raros.

## Violência simbólica

“Concordamos que os professores não podem ensinar e os alunos não podem aprender em um ambiente permissivo, com altos níveis de incivildades, interrupção, indisciplina. Contudo, em nome da busca pela disciplina, está sendo proposta como alternativa a adoção de um ambiente militarizado coercitivo, que traz consigo a violência simbólica”, questiona Telma Vinha, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ela também é uma das coordenadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (Gepem), que reúne pesquisadores da Unicamp e Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Por certo, a questão levantada por Telma é umas das que estão no centro do debate e gerou reações como a Carta de Princípios sobre as escolas cívico-militares, assinada por 14 grupos de pesquisa ligados à Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.

Deste modo, entre os pontos destacados na Carta está o risco de a forte hierarquia e o controle disciplinar, típicos das estruturas militares, instaurarem um ambiente baseado em ordens e imposições, ao invés de fomentar a educação em valores – ou seja, estimulando a convivência respeitosa entre as pessoas, a formação de indivíduos autônomos, capazes de reflexão, crítica e escolha de valores em meio à diversidade.

## militares nas escolas

As escolas públicas militarizadas são das secretarias estaduais ou municipais de educação e funcionam num sistema da gestão compartilhada entre militares e educadores (foto: Paulo H. Carvalho/Agência Brasília)

## Boa receptividade

Um argumento que pesa a favor da militarização são bons resultados alcançados pelas escolas que seguem o modelo. Esse é, segundo gestores, o principal fator que o torna bem aceito entre as famílias e comunidades no entorno das escolas. “Temos 60 escolas funcionando no modelo cívico-militar em Goiás e pretendemos levá-lo a outras 32 escolas. A proposta é muito bem aceita pelos pais e pela comunidade”, defende a secretária de Educação de Goiás, Fátima Gavioli.

Outro ponto que atrai a simpatia das famílias e comunidades é a mudança que o modelo militar opera no clima escolar. Esta é a opinião de Antonio Carvalho da Silva Neto, prefeito de Araci, município do semiárido baiano, que introduziu o modelo na maior escola da rede municipal este ano.

“A presença dos militares na escola permite a retomada de valores e comportamentos que estavam abandonados, como o respeito ao professor, cantar o hino nacional e mais disposição dos alunos para acompanhar as aulas”, afirma o prefeito, que também é vice-presidente da UPB. “Como a escola passa a ser organizada, os professores têm tempo e condições de dar aula”.

## DF militarizado

No Distrito Federal, também é boa a aceitação das comunidades onde as quatro primeiras escolas militarizadas foram implantadas, afirma Mauro Oliveira, assessor



especial da Secretaria de Educação do Distrito Federal, responsável pelo projeto. “Foram realizadas consultas e em todas elas a aceitação foi grande, tanto por parte dos pais quanto dos professores”, afirma ele.

A boa recepção, na opinião dele, estaria ligada ao fato de que essas escolas representam uma opção para famílias que querem que seus filhos estudem num ambiente organizado e favorável à aprendizagem, mas não contam com as mesmas opções disponíveis para quem pode pagar as mensalidades de um colégio privado.

## Foco no problema

Em contrapartida, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) divulgou nota contrária à medida, classificada como uma “maquiagem dos reais problemas da educação” e defende que o ideal seria criar mecanismos para atender todos os alunos de maneira democrática, sem concentrar recursos e investimentos em determinadas unidades da rede.

As quatro escolas militarizadas do Distrito Federal localizam-se em regiões vulneráveis e marcadas pela criminalidade, um dos pré-requisitos para a instalação das escolas cívico-militares: Cidade Estrutural, Recanto das Emas, Ceilândia e Sobradinho. Além disso, têm Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo da média.

Em 2017, nos anos finais do ensino fundamental, o Ideb do Distrito Federal foi 4,9 (inferior à meta prevista, 5,3). O Ideb da escola de Ceilândia incluída no projeto foi 3,1, e o da unidade da Cidade Estrutural, 4,1.

## O (bom) desempenho em questão

Além da pacificação do ambiente escolar, uma das expectativas envolvidas nos projetos de militarização de escolas públicas é melhorar a aprendizagem e o desempenho dos alunos, refletido em indicadores como o Ideb.

Nesse sentido, o desempenho dos colégios militares nas avaliações oficiais funciona como um espelho: considerando todo o país, em 2017, o Ideb dos colégios militares no ensino fundamental 2 foi de 6,5, ao passo que nas escolas públicas a média foi de 4,1.

Em Goiás, onde as escolas cívico-militares existem desde 1999, os bons resultados no Ideb também servem como argumento em defesa do modelo. O Colégio Militar Dr. Cezar Toledo teve o melhor Ideb do estado em 2017, 7,5, no 9.º ano, bem acima da média nacional (4,7) e da média das escolas privadas (6,4). O bom desempenho se repete no ensino médio – 6,5 contra uma média nacional de 3,8.

## A importância de contextualizar

No entanto, segundo analistas e pesquisadores, resultados como esses não podem ser interpretados de maneira isolada, já que o bom ou mau desempenho dos estudantes está associado a um conjunto de variáveis – entre elas, as condições e infraestrutura ofertadas, o que está diretamente relacionado com os investimentos. E neste quesito, os colégios militares estão em vantagem em relação às escolas públicas.

“Historicamente, os colégios militares possuem uma condição diferenciada das demais escolas públicas. São escolas que recebem investimentos bastante superiores às escolas públicas, atendem a dependentes de militares e destinam uma parte das vagas a

processos seletivos para a comunidade”, contextualiza Denise Carreira, coordenadora institucional da organização Ação Educativa.

Dados oficiais indicam que um aluno de colégio militar custa três vezes mais do que um estudante de escola pública: segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), um aluno de escola pública custa cerca de R\$ 6 mil ao ano, ante R\$ 19 mil nos colégios militares.

Fatores externos e evidências

Outro aspecto relevante na análise do desempenho dos alunos dos colégios de modelo militar é o perfil do estudante. No caso dos colégios militares do Exército, geralmente os alunos são escolhidos por meio de processos, até mais concorridos que vestibulares: em algumas escolas, pode chegar a 270 candidatos por vaga. Por isso, tendem a atrair candidatos de nível socioeconômico mais alto, com mais condições de se preparar para as provas.

“Embora alguns optem por sorteio ao invés de processo seletivo, os colégios militares atraem um público menos marcado pelas desigualdades sociais do que aquele presente na maior parte das escolas públicas brasileiras”, complementa Denise.

Paralelamente, estudos nacionais e internacionais apontam que os resultados obtidos por alunos e escolas não podem ser interpretados de maneira isolada, pois dependem de um conjunto de fatores. Entre eles, as condições socioeconômicas são um parâmetro fundamental: desde o renomado Relatório Coleman, publicado nos Estados Unidos na década de 1960, pesquisas evidenciam a associação entre fatores extraescolares, sobretudo as características socioeconômicas e culturais dos alunos, e o acesso à educação e os resultados.

Diagnóstico e investimento

No Brasil, pesquisas como as desenvolvidas por José Francisco Soares, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atestam que a melhoria da estrutura da escola pode impactar positivamente o desempenho dos alunos. Aspectos como equipamentos, segurança, limpeza, qualidade das salas e do prédio, além da seleção de alunos, podem contribuir para ganhos do desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Nessa direção, Denise Carreira, relativiza os resultados obtidos pelas escolas militares. “Se todas as escolas públicas recebessem o investimento financeiro que as escolas militares recebem, seria uma outra realidade.”

Outro parâmetro importante a ser considerado, quando se trata de políticas públicas, são as evidências sobre seus impactos e resultados. “Não é apenas uma questão de investimento, se determinada ação é viável ou não financeiramente. É preciso ter um diagnóstico claro do problema e saber se a estratégia escolhida é, de fato, a melhor para solucioná-lo”, analisa Davi Saad, diretor-presidente do Instituto Natura.

Nessa medida, ele argumenta que, tendo em vista a melhoria da aprendizagem, os programas de educação integral que vêm sendo implementados com sucesso em diversas partes do país poderiam ser mais efetivos.

## Educação para quê?

A saber, a legislação educacional brasileira é outro aspecto que tem orientado o debate sobre as escolas cívico-militares. Aliás, um argumento usado por críticos do modelo é o de que ele contraria a legislação educacional brasileira.

A Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE), enfim, os principais instrumentos legais que norteiam a educação brasileira preconizam que a educação deve promover sujeitos autônomos e críticos.

Contudo, o modelo militar vai justamente contra essa concepção de educação, ancorada na legislação brasileira. Ao mesmo tempo, contraria o sentido do que é educação, na visão de estudiosos como Vitor Paro, professor titular aposentado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

“A educação não é transmissão de cultura, como se acredita no senso comum. Educação é a apropriação de conhecimentos, porque o indivíduo só aprende se tiver vontade e decide aprender”, analisa Paro. O desafio que se coloca para a escola, portanto, é propiciar condições para que a criança e o jovem queiram aprender. “Numa escola onde os estudantes querem e gostam de aprender não existe violência nem preguiça. É preciso levar o educando a querer aprender.”

## A confusão

Esta é a chave para a educação em valores, segundo as pesquisas e os estudos realizados no Brasil e em outras partes do mundo. “Educar é diferente de treinar”, define Maria Suzana Menin, professora titular aposentada da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e pesquisadora-colaboradora da Fundação Carlos Chagas (FCC).

Coordenadora de diversas pesquisas sobre educação moral em escolas públicas, Suzana enfatiza que, muitas vezes, existe uma confusão entre a educação em valores e a educação moral, tratada como disciplina e obediência.

Segundo ela, o caminho pela disciplina, pela hierarquia, até pode levar uma pessoa a obedecer a uma ordem. “Mas nada garante que os valores envolvidos naquela ordem serão interiorizados pela pessoa, que ela se tornará consciente deles e passará a agir daquela maneira porque entende a importância daquilo.”

Em outras palavras, é diferente um estudante compreender que não pode agredir um colega negro porque respeita as diferenças e não cometer a agressão por medo de ser punido.

“A função da escola pública é formar cidadãos. A defesa da escola militarizada confunde os fins da educação definidos na legislação brasileira. A lei prevê a formação de um cidadão solidário, respeitoso e não de um cidadão que obedece às ordens”, afirma Suzana.

## escolas com militares Bahia

O prefeito de Araci (Bahia) vê na presença dos militares na escola a retomada de valores e comportamentos abandonados (foto: divulgação)

## Cuidar da convivência

Em outras palavras, a militarização das escolas não se configura, necessariamente, como o único caminho para difundir valores morais e para a instauração de uma convivência respeitosa no ambiente escolar.

Outra via é o desenvolvimento de ações que permitam trabalhar e vivenciar, no cotidiano da escola, essas dimensões. Para isso, as questões morais têm de ser tratadas como parte do currículo, de modo que professores e demais educadores, juntamente com os estudantes, criem estratégias para prevenir a violência na escola. É assim que ocorrem em países como a Finlândia, onde o modelo de escola é baseado na autonomia de professores e alunos, ou na Espanha, onde, desde 2007, todas as escolas desenvolvem um plano de convivência, baseado em diagnóstico e com ações voltadas para a resolução de conflitos.

## Engajamento coletivo

Nessa direção, Poços de Caldas está implantando um Plano de Convivência Ética nas 88 escolas da rede municipal, como parte do currículo. A iniciativa é considerada pioneira no país.

“A convivência respeitosa é um conteúdo tão importante quanto os outros”, analisa a secretária de Educação de Poços de Caldas, Flávia Vivaldi. Daí a formulação do plano, resultado de um processo de elaboração coletiva que já dura dois anos e envolve uma rotina de formações e o engajamento de professores e equipe técnica das escolas.

Partindo de um diagnóstico da situação das escolas, estão sendo traçadas ações e atividades para cada uma delas, além de mecanismos de monitoramento. “Como envolve toda a rede, não é um processo simples, da noite para o dia.”

Na visão da secretária, a segurança é necessária nas escolas, mas não é o suficiente para qualificar as relações na escola, chave para enfrentar e prevenir a violência. “Escola é espaço de trabalhar com as diferenças e não apenas com a hierarquia e obediência”, defende.

[topo](#)

## SUCESSO NO CAMPO - TEMPO REAL

### **Agrishow 2019 - IAC lança a 50ª cultivar do feijão Carioca**

O feijão Carioca é o mais consumido no Brasil. Desenvolvido pelo Instituto Agrônomico (IAC-APTA) na década de 70, vem sendo melhorado desde então. As qualidades agronômicas, industriais e culinárias incorporadas pela pesquisa do IAC, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, levaram o Carioca a ser cultivado em todos os estados brasileiros. A mais nova cultivar deste feijão é a IAC 1850, que representa a 50ª cultivar de carioca desenvolvida pelo Instituto e que será apresentada na Agrishow 2019, de 29 de abril a 3 de maio, em Ribeirão Preto, interior paulista.

A cultivar IAC 1850 apresenta tolerância ao escurecimento do grão, importante atributo para toda a cadeia de produção, inclusive para o consumidor, que não quer um feijão escuro. Segundo o pesquisador, os grãos da cultivar IAC 1850 mantêm coloração clara por um período ao redor de 90 dias, permitindo ao agricultor verificar qual a melhor época de comercialização dos grãos em função dos preços repassados pelo mercado consumidor.

A IAC 1850 tem alto potencial produtivo, alcançando acima de 4.500 quilos, por hectare. Esse resultado foi confirmado em vários experimentos realizados em diferentes ambientes de cultivo no estado de São Paulo e outros. Atualmente a cultivar está recomendada para cultivo nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. “A extensão de cultivo está em fase de solicitação para outros estados da federação brasileira”, afirma Alisson Fernando Chiorato, pesquisador do IAC.

Além desses atributos, a IAC 1850 apresenta porte semiereto adequado para colheitas mecânicas com ciclo semiprecoce, girando em torno de 88 dias da sementeira à colheita dos grãos.

“Para esta cultivar, o maior potencial produtivo foi obtido em populações ao redor de oito plantas finais por metro linear utilizando-se de um espaçamento de 50 cm”, explica. Essa população de oito a nove plantas tem se mostrada ideal porque reduz a competição entre as plantas na linha de cultivo.

Essa cultivar também tem tolerância às principais doenças que acometem a cultura, como a antracnose, causada pelo patógeno *Colletotrichum lindemuthianum* e também para a murcha de fusarium, causada pelo patógeno *Fusarium oxysporum*.

O pesquisador recomenda que em áreas com forte ocorrência de *Fusarium oxysporum* a população seja de 10 a 11 plantas finais, por metro linear. “Esse maior número de plantas é para compensar a morte de possíveis plantas ou o menor crescimento delas por conta do fusarium”, esclarece.

Para as doenças da mancha angular, crestamento bacteriano e murcha de *curtobacterium*, a cultivar apresenta-se moderadamente resistente. “Isso significa que essas doenças ocorrem pouco na IAC 1850, com menor incidência e a planta se desenvolve, mas requer aplicações químicas preventivas”, explica.

As sementes da IAC 1850 já estão sendo comercializadas. Em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás há lavouras comerciais e também destinadas à produção de sementes.

A pesquisa foi desenvolvida de 2014 a 2018 no IAC, com recursos do Governo do Estado de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de parcerias privadas.

[topo](#)

## **THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL**

### **Evento sobre reforma da Previdência cancelado pelo CAPES será realizado em praça pública**

Jornal GGN – A Presidência da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, ligada ao Ministério da Educação, cancelou uma palestra sobre a reforma da Previdência dentro das dependências do prédio institucional.

O evento é organizado pelo Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da

Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT) em parceria com a Associação de Servidores da **CAPES** (ASCAPES).

Em nota, o sindicato informou que o dia e horário do debate – 2 de maio, às 16h – estão mantidos e o evento será realizado em praça pública, em frente à sede da **CAPES**.

“No entendimento de que o evento tem como objetivo esclarecer os servidores sobre a Reforma da Previdência, assunto que afeta todo o conjunto da sociedade brasileira, o SindGCT recebeu com surpresa a decisão da **CAPES**, tendo em vista que vários outros órgãos dos três poderes têm realizado em suas sedes eventos semelhantes, organizados pelas instituições que representam os servidores das diversas carreiras”, destacou a entidade.

A convidada para falar no seminário “Servidores Públicos Federais, Reforma da Previdência e o Sistema da Dívida” é a auditora fiscal da Receita Federal aposentada, Maria Lúcia Fattorelli, hoje Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

“Particularmente no caso da **CAPES**, chama a atenção a solicitação do cancelamento de um debate que contaria apenas com a presença de uma representante de uma associação sem fins lucrativos e de que não há no histórico recente da Fundação solicitação semelhante”, pontua o sindicato, lembrando ainda que o **CAPES** “é um dos órgãos responsáveis pela gestão da pós-graduação e da produção científica brasileira, espaços que, necessariamente, devem ser marcados pelo debate e pelo diálogo”.

Serviço:

Palestra – “Servidores Públicos Federais, Reforma da Previdência e o Sistema da Dívida”

Dia/horário – 2 de maio, às 16h

Local – Em frente à sede do **CAPES**

Endereço – Setor Bancário Norte (SBN) Q 2 Bloco L Lote 06 – Asa Norte, Brasília – DF, 70040-020

Convidada – Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida

[topo](#)

## UFMS - TEMPO REAL

### **Capex-PrInt - Ecologia investiga e debate os efeitos de mudanças climáticas e nos usos do solo sobre a biodiversidade**

Exuberante, com uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta, regido pelas nuances da inundação e da seca, o bioma Pantanal sofre as consequências das ações antrópicas que ignoram sua biodiversidade e importância ecológica ímpares.

Essa realidade preocupante uniu cerca de 50 pesquisadores brasileiros e estrangeiros no Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, no projeto de pesquisa “Mudanças climáticas e no uso do solo: em direção ao entendimento dos efeitos antrópicos e do aumento de temperatura na biodiversidade do Pantanal”, coordenado pelo Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação (PPGEC) da UFMS.

A proposta é criar uma rede internacional de síntese e predição sobre o efeito das mudanças climáticas e de uso do solo sobre as diferentes escalas da organização

biológica, orientada em quatro eixos independentes de síntese em ecologia: “Limiares ecológicos taxonômicos e funcionais”, “Redes de interação entre espécies”, “Mudanças climáticas: previsões micro-experimentais” e “Mudanças climáticas: extrapolação para paisagens”.

“A pergunta geral é como o homem está relacionado às mudanças do uso do solo, nas mudanças que promove na paisagem para a agricultura e, a partir daí, identificar como essas mudanças climáticas afetam esses quatro eixos”, explica o coordenador do projeto, professor Luiz Gustavo Rodrigues Oliveira Santos.

Na defesa do projeto, os pesquisadores apontam que a conversão de áreas naturais em paisagens antropizadas está criando um mosaico de ambientes com diferentes usos do solo e remanescentes de habitat naturais desconectados, suscetíveis as mudanças quanto às condições e aos recursos disponíveis. “Ao longo dos anos, tem se observado alterações bruscas quanto à perda de espécies em paisagens fragmentadas associadas especialmente às limitações impostas sobre as espécies e suas interações, com valores críticos de alteração além dos quais muitas espécies são perdidas”.

Outra importante perturbação, segundo os pesquisadores, é proveniente da mudança no clima do planeta. “Como um estressor crônico, mudanças climáticas podem alterar o comportamento e as características fisiológicas de espécies, com efeitos sobre a natureza e força das interações entre elas e sobre o funcionamento dos ecossistemas. Em última instância, podem ocorrer colapsos de comunidades locais e mudanças de distribuição geográfica das espécies, que se deslocariam para novas zonas termicamente adequadas”.

O projeto prevê ainda a criação de um banco de dados de livre acesso sobre respostas de espécies e comunidades às mudanças climáticas e usos do solo na Bacia do Alto Paraguai.

Pelo banco de dados será possível “identificar sinais precoces que antecedem perdas funcionais ou a extinção local e regional de espécies na região da Bacia do Alto Paraguai. Do ponto de vista de avanços no entendimento de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, os estudos provenientes desta base de dados poderão conectar diferentes áreas do conhecimento, como metacomunidades, filogeografia, genética de paisagem, ecologia de movimento, estequiometria ecológica, macroecologia, biogeografia, biologia da conservação e ecologia da restauração”.

Cada grupo será composto de diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além de doutorandos, que irão se reunir em 12 workshops, sendo oito no Brasil, um a cada semestre, quatro no exterior, dois nos Estados Unidos e dois na França.

Abrangência mundial das instituições em rede no projeto de síntese ecológica PrInt-UFMS-Ecologia. Arte: Luiz Gustavo Rodrigues Oliveira Santos

Irão compôr os grupos de trabalhos pesquisadores do Japão, Austrália, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Argentina, África do Sul, Israel, França, Alemanha, Holanda, Reino Unido, Bélgica e Dinamarca. “Somos muitos pesquisadores – 47 ao todo, porque a proposta da Ecologia vem com tendências mundiais de juntar pessoas com diferentes habilidades, sobre a mesma temática para fazer grupos de sínteses”, expõe.

Participam pelo PPGEC os professores Rafael Dettogni Guariento, Erich Arnold Fischer, Mauricio de Almeida Gomes, Diogo Borges Provete, Andréa Cardoso de Araujo, Letícia Couto Garcia, Geraldo Alves Damasceno Junior, Danilo Bandini Ribeiro, Fabio de Oliveira Roque, Franco Leandro de Souza, Luiz Eduardo Roland Tavares, Diego José Santana Silva e Fernando Paiva; da Pós Graduação em Bioquímica e Biologia Molecular, a professora Carla Santos de Oliveira e do Programa de Pós Graduação em Tecnologias Ambientais, Paulo Tarso Sanches de Oliveira e Johannes Géron Janzen.

“A proposta é produzir sintetizes científicas com base em bancos de dados, direcionar e incorporar novas ações e gerar orientação teórica para propostas de investigação por alunos de doutorado e pesquisadores em estágios de pós-doutorado”, segundo o coordenador.

O orçamento abará passagens e diárias para os pesquisadores para realização dos grupos de trabalho, tanto de estrangeiros como brasileiros, além de bolsas sanduíche para estudantes de doutorado.

## Início dos trabalhos

No próximo mês de maio será realizado o workshop “Transições sustentáveis de sistemas socioecológicos em interfaces de áreas protegidas e não-protégidas – troca de experiências entre países do Hemisfério Sul” com recursos do PrInt, CASEST (<https://casest.hypotheses.org>) e da **Capes-Cofecub** (Brasil – França), organizado pela UFMS e a Université d’Angers.

O workshop reunirá pesquisadores do Brasil, França, Colômbia, Zimbábue e África do Sul. “Esse evento surgiu de uma parceria que já temos há algum tempo com pesquisadores da França, em projeto sobre como conciliar a produção de alimentos no mundo e a conservação da biodiversidade, com foco nas áreas neotropicais do planeta, basicamente em países do Hemisfério Sul”, explicam os professores Fabio de Oliveira Roque (UFMS) e Pierre Cyril Renaud (Université d’Angers), coordenadores do workshop.

Com a reunião dos pesquisadores no Inbio, será possível discutir frameworks sobre a possibilidade, ou não, da conciliação de produção de alimentos e conservação da biodiversidade. “Espera-se essa aproximação de pesquisa, a mobilidade de estudantes nesses países localizados no Hemisfério Sul, produção científica colaborativa e estreitamento dessas relações internacionais”, completa Fabio.

O workshop, com início em 27 de maio, trará palestras abertas ao público em geral e uma roda de conversa com algumas ONGs que trabalham nessa interface da produção de alimentos e conservação.

As palestras de abertura serão ministradas por Pierre-Cyril Renaud, da Université d’Angers, que abordará o projeto Casest, com compartilhamento de experiência sul-sul e Christo Fabricius da ONG World Wide Fund for Nature (WWF), com o tema “Interface e ciências da sustentabilidade: novidades para uma palavra em mudança”. Haverá ainda conversas com convidados de ONGs como a WWF, Wetlands



International, Homem Pantaneiro, SOS-Pantanal, Neotropica do Brasil e um momento mais descontraído, com os pesquisadores debatendo suas pesquisas em um bar de Campo Grande. Alguns pesquisadores participarão ao final do encontro de viagem para campo, para o planalto da Bodoquena e Pantanal, em visita a áreas que estão sendo estudadas conjuntamente.

“Um dos objetivos é escrever artigos colaborativos. Temos grupos de trabalho dentro de cada eixo para tentar entender como as mudanças de uso do solo, paisagem, podem impactar a biodiversidade e como reverter isso, diminuir esse tipo de impacto. Particularmente, estamos interessados nessa conciliação de produção de alimentos e conservação da biodiversidade, que é talvez o grande desafio da humanidade”. Os pesquisadores discutem sobre as transições sustentáveis. Esse é um dos grandes temas transversais da universidade, aponta Fabio, já que Mato Grosso do Sul está em uma região onde a produção agropecuária é bastante intensa.

“Esse tema é importante não só pelo ponto de vista de pesquisa, mas de influência da informação na região. Às vezes, temos um parque nacional com áreas protegidas e no entorno áreas não protegidas, geralmente usadas para a produção agrícola, ou para áreas urbanas, ou outras atividades. Então, temos de entender melhor como se dá essa relação entre áreas protegidas e não, em termos de benefícios e também de serviços e desserviços”, completa o pesquisador.

Nesse eixo particular do uso de solo estão previstos pelo menos mais dois workshops – um que deverá focar mais em questões urbanas e biodiversidade e o outro no papel do fogo nessa diversidade ecológica.

“Estamos pegando as grandes pressões da humanidade na biodiversidade, como mudanças climáticas, questões urbanas, produção agrícola e de alimentos, entre outros. São questões dentro das metas de sustentabilidade das Nações Unidas para 2030. Por isso, é um workshop que está bem alinhado com as grandes demandas de sustentabilidade globais, não é só regional, e tem essa identidade Sul-Sul”, completa Fabio.

Em junho acontece a conferência Movement Ecology Brazil 2019, (<https://ecomovbrasil.wixsite.com/home>) que terá como palestrantes principais Luca Borger, da University of Swansea (Reino Unido), James Forester, University of Minnesota (Estados Unidos) e Juan M. Morales, Universidad Nacional del Comahue (Argentina).

O evento começa com um curso de quatro dias em novos desenvolvimentos em ecologia do movimento, seguido de simpósio, de um dia, aberto a alunos, professores e outros participantes que poderão discutir as inovações na área.

Para finalizar a conferência, os professores do curso e palestrantes do simpósio se reunirão para um workshop exclusivo de três dias. Os participantes poderão apresentar dados e perguntas para trabalhar com os professores, abordando os problemas analíticos mais desafiadores da ecologia do movimento.

Paula Pimenta

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Sem recursos, ministérios podem paralisar serviços**

**O bloqueio de quase R\$ 30 bilhões no Orçamento e a ausência de sinais de melhora na arrecadação ou de alívio nas despesas comprometem o funcionamento de áreas como ciência e tecnologia, bolsas de estudos e Minha Casa Minha Vida**

BRASÍLIA - O bloqueio de quase R\$ 30 bilhões nas despesas do Orçamento já impõe uma espécie de “shutdown branco” aos ministérios por falta de recursos, uma paralisia da máquina pública que pode se agravar a partir de agosto. Algumas áreas já sentem os efeitos do arrocho fiscal, como ciência e tecnologia, bolsas de estudos, repasses do Minha Casa Minha Vida, tarifas bancárias, o Censo Demográfico e até mesmo os compromissos do governo brasileiro com organismos internacionais.

A situação tende a piorar e começar afetar áreas mais sensíveis para a população nos próximos meses porque até agora a área econômica não vê nenhum sinal de melhora na arrecadação ou alívio significativo nas despesas, o que poderia abrir espaço para o desbloqueio orçamentário e dar um “fôlego” de sobrevivência aos órgãos.

O governo já tenta mapear quais ministérios enfrentarão primeiro o risco de um colapso, e o tema foi debatido em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) na última semana.

Técnicos do governo ouvidos pelo Estadão/Broadcast avaliam que julho vai ser o mês limite para algumas pastas. É quando se prevê que não será possível barrar os efeitos mais nocivos do shutdown, como ocorreu em 2017. Durante o governo Michel Temer, a população ficou sem emissão de passaporte, houve suspensão das atividades de escolta e fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e o atendimento das agências do INSS ficou prejudicado.

A equipe econômica corre para buscar receitas e reduzir despesas, como de subsídios, mas já precisa resolver problemas mais imediatos, como a liberação de R\$ 2,8 bilhões para o Minha Casa Minha Vida, manutenção de estradas e atender a demandas dos caminhoneiros, que ameaçam entrar em greve. Para isso, terá de fazer um aperto adicional em outros ministérios. O Congresso também pressiona para liberar as suas emendas, que foram contingenciadas.

Diante da pressão do setor da construção civil, o Ministério da Economia precisou entrar em campo para evitar um estrangulamento financeiro das empresas, que estavam entregando as casas sem receber do governo. A equipe econômica arrumou um extra de R\$ 800 milhões para o Minha Casa Minha Vida. Mas o ministro de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, já avisou que o dinheiro a mais acaba em junho. A pasta disse em nota que “o governo federal já estuda a possibilidade de novos aportes de recursos para o programa no segundo semestre”.

Os recursos para a área científica são os mais afetados com o corte de 42%. O funcionamento das agências de fomento à pesquisa do governo, como CNPq, Finep e Capes, está ameaçado pela falta de dinheiro. O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, já alertou que o dinheiro só garante o pagamento das bolsas de pesquisa até setembro. O Museu Emílio Goeldi, que fica no Pará e é o segundo mais antigo do País, pode fechar as portas ao público.

Em recente audiência pública na Câmara, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, não escondeu o descontentamento e afirmou que a área ficou “com a corda no pescoço” após o corte no orçamento. A pasta informou em nota que tem atuado junto ao Ministério da Economia para “maior disponibilização de recursos” e que mantém diálogo com seus gestores para tentar minimizar o impacto nas atividades.

Em outras frentes, o governo já começou a dar calote: tem uma dívida de cerca de R\$ 400 milhões com a Caixa Econômica Federal em tarifas bancárias cobradas pelo banco para gerir os programas federais. Procurada, a Caixa não respondeu sobre os atrasos e informou apenas que suas instâncias de controle e governança “controlam para que nenhuma pendência permaneça desatendida.”

O Brasil também tem dívidas que chegam a R\$ 4 bilhões com organismos internacionais, sendo cerca de R\$ 2 bilhões com a Organização das Nações Unidas (ONU) e mais um R\$ 1 bilhão com o Banco dos Brics (que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O passivo que pode chegar a R\$ 6,2 bilhões até o fim deste ano, mas o Orçamento só prevê R\$ 532,9 milhões para esses pagamentos. O calote internacional do governo brasileiro já traz constrangimentos para o País.

Fontes afirmam que o programa de financiamento estudantil, o Fies, pode também sofrer problemas nos próximos meses. O Ministério da Educação não respondeu sobre o Fies. A pasta disse que trabalha para ampliar seus limites e fazer a “cobertura completa de suas despesas discricionárias”, atendendo às necessidades de financiamento mais imediatas e prioritárias.

O IBGE também precisou deixar mais enxuto o Censo Demográfico 2020 – a mais ampla pesquisa de dados sobre a população brasileira – para não inviabilizar o levantamento. O custo total da pesquisa seria de R\$ 3,4 bilhões, mas o questionário está sendo reduzido para caber num orçamento 25% menor.

Os ministérios têm liberdade para escolher o que cortam primeiro. Por isso, uma das estratégias também é reduzir despesas em áreas mais sensíveis para chamar a atenção e pressionar o governo a tentar buscar uma solução.

Para o coordenador do Observatório de Política de Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Manoel Pires, o setor público já vive um “shutdown branco”. Ele destaca que, na apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 o governo reduziu ainda mais a previsão das despesas discricionárias (que não são obrigatórias) para este ano, de R\$ 90 bilhões para R\$ 86,1 bilhões, um valor já considerado crítico para o funcionamento da máquina. Mesmo antes do corte, segundo Pires, os órgãos já sentiram o arrocho no primeiro bimestre, não só pelo fato de ser uma nova administração, mas também pela restrição orçamentária, com reflexos no funcionamento de universidades, hospitais e na distribuição de livros didáticos.

“Tem vários hospitais que não conseguem atender a população, e o tempo médio que o brasileiro fica na fila aumenta”, diz Pires.

“Tem vários elementos que indicam que, de certa forma, com esse nível de despesa

discricionária, a gente está funcionando em algum nível de paralisia, de shutdown, como se costuma dizer”, acrescenta o economista. Para ele, esse tipo de situação tem sido cada vez mais recorrente, e o maior problema são os investimentos, que continuam no menor nível histórico. O derretimento das projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB), que afeta a arrecadação de tributos, só agrava a situação.

Para tentar amenizar o quadro de colapso, o governo trabalha para tentar garantir a privatização da Eletrobrás e o megaleilão das áreas de petróleo do pré-sal ainda este ano. Só quando houver certeza de que esse dinheiro vai ingressar ainda em 2019 nos cofres do Tesouro é que a equipe econômica poderá incluir os recursos bilionários na previsão do Orçamento.

“Se o acordo da cessão onerosa for viável nesse ano será possível mudar isso, mas me parece que essa situação ficará crítica já no meio do ano”, afirma Pires.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### **MEC cortará verba de universidade por balbúrdia e já enquadra UnB, UFF e UFBA**

**Sem detalhar critérios, o ministro Weintraub disse ao Estado que a medida considera o desempenho acadêmico aquém do esperado ou promoção de bagunça, evento ridículo; governo definiu contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões para Educação**

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo “balbúrdia” em seus câmpus, afirmou o ministro Abraham Weintraub ao Estado. Três universidades já foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), disse. Segundo ele, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, está sob avaliação.

“Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, disse o ministro.

De acordo com Weintraub, universidades têm permitido que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus”.

Weintraub não detalhou quais manifestações ocorreram nas universidades citadas, mas disse que esse não foi o único ponto observado. Essas instituições também estão apresentando resultados aquém do que deveriam, disse. “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking.” Ele, no entanto, não citou rankings.

De acordo com o MEC, as três universidades tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas, medida que entrou em vigor na semana passada. Os cortes atingem as chamadas despesas discricionárias, destinadas a custear gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, etc. Os recursos destinados ao pagamento de pessoal são obrigatórios e não podem ser reduzidos.

Weintraub disse que o corte não afetará serviços como “bandejão”. O MEC informou que o programa de assistência estudantil não sofrerá impacto, apesar desses recursos integrarem a verba discricionária.

A UNB disse que verificou no sistema bloqueio orçamentário “da ordem de 30%” e espera conseguir revertê-lo. A UFBA e a UFF não se pronunciaram.

O MEC está sendo forçado a definir cortes após o governo anunciar um grande contingenciamento no mês passado. Para garantir que cumprirá a meta fiscal, a equipe econômica estabeleceu que cerca de R\$ 30 bilhões dos gastos previstos ficarão congelados. Desse total, R\$ 5,8 bilhões terão de vir do MEC.

Educação foi a pasta que mais sofreu bloqueio em termos absolutos. Ainda que o corte tenha sido proporcionalmente menor do que o de outros ministérios, foi um duro baque. A Lei Orçamentária estabelecia cerca de R\$ 23,7 bilhões para despesas discricionárias na Educação como um todo. O governo bloqueou, portanto, quase 25% do dinheiro que estava reservado para custear esses gastos.

Como as universidades federais consomem a maior parte dos recursos do MEC, elas naturalmente seriam alvo de cortes. O ministro disse que, diante desse cenário, foi necessário definir critérios para quem sofreria mais com o bloqueio. O corte anunciado pelo ministro nas três universidades está longe, porém, do contingenciamento determinado pela equipe econômica. Juntas, as três instituições recebem cerca de R\$ 165 milhões discricionários.

Direito à expressão

Questionado se essa forma de escolha caracteriza, na prática, uma “lei da mordça” nas universidades, ferindo a liberdade de expressão de alunos e professores, ele afirmou que todos “têm logicamente o direito de se expressar”, desde que o desempenho acadêmico esteja bom. “Só tomaremos medidas dentro da lei. Posso cortar e, infelizmente, preciso cortar de algum lugar”, afirmou. “Para cantar de galo, tem de ter vida perfeita.”

O MEC não esclareceu quais indicadores de desempenho chamaram a atenção da pasta. Weintraub disse ainda que reitores precisarão redobrar a atenção no caso de festas. “Se aluno se machucar por causa de festa, cortaremos verba.”

Desde 2014, há redução nos repasses para despesas discricionárias das universidades. A crise contribuiu para o cenário. Neste ano, o aperto será mantido. Além da recuperação lenta da economia, há a linha estabelecida por Jair Bolsonaro. O plano de governo já trazia a indicação de que, se eleito, ele daria ênfase à educação básica.

Ao Estado, em sua primeira entrevista no cargo, Weintraub reforçou a diretriz e disse que a política para universidades tem de respeitar “os pagadores de impostos”. “Quando vão na universidade federal fazer festa, arruaça, não ter aula ou fazer seminários absurdos que agregam nada à sociedade, é dinheiro suado que está sendo desperdiçado num país com 60 mil homicídios por ano e mil carências.”

Associação diz que sistema já está ‘no limite’

Apesar de ressaltar o contingenciamento com a suposta “balbúrdia”, outras

universidades federais também já registraram congelamento de recursos neste ano. Todas tiveram bloqueio de valores de emendas parlamentares. Além disso, só tiveram 40% do recurso de custeio liberado para o 1.º semestre.

“As universidades estão há anos trabalhando no limite da capacidade. Não acredito que o MEC fará um corte orçamentário com base em juízo de valor, sem antes pedir esclarecimento às universidades. Infelizmente, o bloqueio está ocorrendo para todas as instituições”, disse Reinaldo Centoducatte, reitor da Federal do Espírito Santo (Ufes) e presidente da Andifes, associação de reitores da rede federal.

Avaliação internacional

O ministro ainda acusou UnB, UFBA e UFF de queda no desempenho. No entanto, elas se mantêm em destaque em avaliações internacionais. O ranking da publicação britânica Times Higher Education (THE), um dos principais em avaliação do ensino superior, mostra que Unb e UFBA tiveram melhor avaliação na última edição.

Na classificação das melhores da América Latina, a Unb passou da 19.ª posição, em 2017, para 16.ª no ano seguinte. A UFBA passou da 71.ª para a 30.ª posição. A UFF manteve o mesmo lugar, em 45.º. Segundo a publicação, as três se destacam pela boa avaliação em ensino e pesquisa. E Unb e UFBA aparecem entre as 400 melhores instituições do mundo em cursos da área da saúde.

Carlos Monteiro, especialista em gestão pela Universidade de Michigan, ainda avalia como contraditório punir uma universidade com corte de recursos por apresentar queda na qualidade. “O ministro deveria querer entender os motivos dos maus resultados.”/COLABOROU ISABELA PALHARES

topo ↕

**AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

**Agenda antieducação**

**O grande projeto de Weintraub é a guerra ideológica, com total apoio do presidente**

O ex-ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez foi tirado do cargo depois de três meses nos quais o ministério simplesmente parou, atolado em intrigas e ressentimentos. Comparada à conduta do atual ocupante do cargo —Abraham Weintraub—, a simples inoperância de Vélez talvez deixe saudades.

Weintraub parece ser mais capaz de agir; devemos ver um MEC mais atuante. Mas ele também indica direções nocivas para a educação brasileira. O grande projeto de Weintraub para a educação é a guerra ideológica. E está decidido a levá-la adiante, com total apoio do presidente.

Um vídeo foi compartilhado pelo presidente da República. Nele, uma aluna de um cursinho privado filma uma conversa com sua professora durante a aula. Não dá para saber direito o que aconteceu. Sabemos que, em um momento, a professora chama Olavo de Carvalho de "anta". De resto, ficamos apenas com as palavras da aluna, acusando a professora de ter gasto 25 minutos da aula do cursinho com uma fala política. Não sabemos o que teria motivado a professora a iniciar essa fala.

Nada ali foi inocente. A estudante, Tamires de Paula, é militante política de direita e se intitula "Secretária-Geral PSL Itapeva". Será que esse showzinho online é preparativo

para uma candidatura em 2020? Em breve saberemos. À parte a evidente intenção política de Tamires, contudo, é fato que, se um professor de cursinho gastasse tempo precioso da aula em falas que em nada me ajudassem no Enem, eu também poderia me irritar.

Um professor que tira pedaços relevantes da aula para fazer discurso político sem nenhuma relação com a matéria é um problema? Sem dúvida. Não é nem de longe o grande mal da educação brasileira, mas uma prática a ser corrigida assim como tantas outras (chegar atrasado, pegar no pé de algum aluno, não preparar as aulas etc.). E essa correção se dá, antes de tudo, internamente: conversando com o professor e, se necessário, com a direção. Da maneira feita por Tamires, e incentivada pelo presidente da República, incentiva apenas a caça às bruxas e o fim da confiança dentro da sala de aula. O aluno se transforma em ameaça ao professor.

Essa histeria é nociva para a cultura brasileira, e o clima policialesco que se cria com alunos filmando professores com o intuito de fritá-los perante o tribunal das redes sociais —sempre movido por paixões e não por uma justa apreciação do incidente— coloca os professores no lugar de inimigos da nação. É o espírito dos tempos. Nas redes sociais, expor um mal-feito —especialmente quando acompanhado de condenações sonoras e indignadas— gera fama. Está dada, portanto, a simbiose socialmente danosa entre ambição pessoal e indignação pública.

O ministro Weintraub defendeu o direito de alunos filmarem as salas de aula, reforçando a prática. Você fala ou faz coisas terríveis na sala de jantar de sua casa? Provavelmente não. Mesmo assim, você não gostaria que um familiar filmasse cada refeição e transmitisse supostas gafes para milhões de pessoas, que se sentiriam no direito de te julgar mesmo sem nenhum contexto.

A educação no Brasil está sob ataque, e os professores (especialmente das ciências humanas) foram eleitos pelo atual governo como antagonistas a serem hostilizados sempre que possível, embora sejam peças fundamentais para consertar o sistema educacional. Que a educação jamais seria prioridade deste governo já sabíamos. Mas não deixa de surpreender vê-la não apenas negligenciada, como também perseguida.

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP.

topo 

## **G1 - TEMPO REAL**

### **MEC prorroga novamente o prazo de seleção da lista de espera do Fies**

#### **Prazo acabaria nesta terça-feira (30), mas MEC afirma que decidiu prorrogá-lo até 10 de maio.**

O prazo para a pré-seleção de candidatos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) vai ser prorrogado para 10 de maio. Inicialmente, a data final para a convocação dos pré-aprovados terminaria em 10 de abril, mas, por causa de atrasos provocados por falhas no sistema do programa, ele já tinha sido prorrogado e terminaria nesta terça-feira (30).

Segundo a pasta, a medida deve ser publicada na edição desta terça do "Diário Oficial da União".

"Todos os candidatos inscritos que não foram pré-selecionados em chamadas anteriores estão participando automaticamente da lista de espera. O acompanhamento de eventual pré-seleção deve ser realizado por meio da página do Fies", disse o ministério, em nota.

O MEC não informou, nesta segunda-feira (29), quantas vagas ainda estão remanescentes, ou seja, ainda não se transformaram em contratos de financiamento já assinados, ou foram preenchidas por candidatos pré-selecionados, que estão no processo de confirmação da documentação e fechamento do contrato.

Neste semestre, foram oferecidos 100 mil contratos de financiamento a juro zero. Para participar dessa modalidade do programa, os candidatos precisam cumprir diversas etapas. Primeiro, é preciso se inscrever no sistema do Fies e passar pela pré-seleção. Uma vez pré-selecionado, o candidato precisa apresentar documentos que comprovem os requisitos de participação no fundo, como renda familiar per capita de até três salários mínimos por mês e nota mínima de 450 pontos nas provas do Enem, sem zerar a redação.

Só 16% fechados até 10 de abril

No total, o MEC diz que quase 350 mil pessoas se inscreveram no Fies neste semestre. O cronograma do programa incluiu uma chamada única de pré-selecionados, e as chamadas na lista de espera.

No caso da lista de espera, os candidatos pré-selecionados têm cinco dias úteis para apresentar os documentos e concluírem a contratação do financiamento.

Segundo um levantamento obtido pelo G1 junto ao ministério, até 10 de abril apenas 15.784 contratos haviam sido fechados, considerando o prazo da chamada única do Fies, divulgada em 25 de fevereiro, e o prazo inicial para pré-seleção da lista de espera.

Outros 52.931 candidatos estavam, em 10 de abril, no meio desse processo de contratação desse financiamento. Isso quer dizer que eles podem ou não conseguir concluir a inscrição e de fato assinar o contrato.

Isso quer dizer que, naquele dia, 31.285 vagas estavam remanescentes.

Desde então, o número de vagas remanescentes pode ter diminuído ou aumentado, já que os 52.931 candidatos em processo de contratação podem não ter conseguido fechar o contrato.

**Prazos prorrogados**

Inicialmente, o prazo final para que os candidatos fossem selecionados pela lista de espera terminaria em 10 de abril, mas ele foi prorrogado até o dia 30 deste mês, segundo anunciou o MEC.

"Todos os candidatos inscritos que não foram pré-selecionados em chamadas anteriores estão participando automaticamente da lista de espera. O acompanhamento de eventual pré-seleção deve ser realizado por meio da página do Fies", informou a pasta, em nota.

Já considerando a chamada regular, os prazos para que os candidatos pré-selecionados



finalizassem a contratação foi prorrogado mais de uma vez pelo governo federal, depois que problemas no sistema impediam que os estudantes conseguissem concluir a contratação.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a orientação é que as instituições aceitem a frequência dos estudantes no curso de graduação enquanto o processo não é concluído, mesmo que o prazo já tenha passado. Isso vale, segundo o FNDE, apenas para os candidatos que atendam "os demais requisitos para concessão do financiamento".

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

### **Sem recursos, ministérios podem paralisar serviços**

#### **Bloqueio de quase R\$ 30 bi no Orçamento e a ausência de sinais de melhora na arrecadação comprometem o funcionamento de áreas como a ciência**

O bloqueio de quase R\$ 30 bilhões nas despesas do Orçamento já impõe uma espécie de “shutdown branco” aos ministérios por falta de recursos, uma paralisia da máquina pública que pode se agravar a partir de agosto. Algumas áreas já sentem os efeitos do arrocho fiscal, como ciência e tecnologia, bolsas de estudos, repasses do Minha Casa Minha Vida, tarifas bancárias, o Censo Demográfico e até mesmo os compromissos do governo brasileiro com organismos internacionais.

A situação tende a piorar e começar afetar áreas mais sensíveis para a população nos próximos meses porque até agora a área econômica não vê nenhum sinal de melhora na arrecadação ou alívio significativo nas despesas, o que poderia abrir espaço para o desbloqueio orçamentário e dar um “fôlego” de sobrevivência aos órgãos.

O governo já tenta mapear quais ministérios enfrentarão primeiro o risco de um colapso, e o tema foi debatido em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) na última semana.

Técnicos do governo avaliam que julho vai ser o mês limite para algumas pastas. É quando se prevê que não será possível barrar os efeitos mais nocivos do shutdown, como ocorreu em 2017. Durante o governo Michel Temer, a população ficou sem emissão de passaporte, houve suspensão das atividades de escolta e fiscalização da Polícia Rodoviária Federal e o atendimento das agências do INSS ficou prejudicado.

A equipe econômica corre para buscar receitas e reduzir despesas, como de subsídios, mas já precisa resolver problemas mais imediatos, como a liberação de R\$ 2,8 bilhões para o Minha Casa Minha Vida, manutenção de estradas e atender a demandas dos caminhoneiros, que ameaçam entrar em greve. Para isso, terá de fazer um aperto adicional em outros ministérios. O Congresso também pressiona para liberar as suas emendas, que foram contingenciadas.

Diante da pressão do setor da construção civil, o Ministério da Economia precisou entrar em campo para evitar um estrangulamento financeiro das empresas, que estavam entregando as casas sem receber do governo. A equipe econômica arrumou um extra de R\$ 800 milhões para o Minha Casa Minha Vida. Mas o ministro de Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, já avisou que o dinheiro a mais acaba em junho. A pasta disse em nota que “o governo federal já estuda a possibilidade de novos aportes de recursos para o programa no segundo semestre”.

Os recursos para a área científica são os mais afetados com o corte de 42%. O funcionamento das agências de fomento à pesquisa do governo, como CNPq, Finep e **Capes**, está ameaçado pela falta de dinheiro. O presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, já alertou que o dinheiro só garante o pagamento das bolsas de pesquisa até setembro. O Museu Emílio Goeldi, que fica no Pará e é o segundo mais antigo do País, pode fechar as portas ao público.

Em recente audiência pública na Câmara, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, não escondeu o descontentamento e afirmou que a área ficou “com a corda no pescoço” após o corte no orçamento. A pasta informou em nota que tem atuado junto ao Ministério da Economia para “maior disponibilização de recursos” e que mantém diálogo com seus gestores para tentar minimizar o impacto nas atividades.

Em outras frentes, o governo já começou a dar calote: tem uma dívida de cerca de R\$ 400 milhões com a Caixa Econômica Federal em tarifas bancárias cobradas pelo banco para gerir os programas federais. Procurada, a Caixa não respondeu sobre os atrasos e informou apenas que suas instâncias de controle e governança “controlam para que nenhuma pendência permaneça desatendida.”

O Brasil também tem dívidas que chegam a R\$ 4 bilhões com organismos internacionais, sendo cerca de R\$ 2 bilhões com a Organização das Nações Unidas (ONU) e mais um R\$ 1 bilhão com o Banco dos Brics (que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O passivo que pode chegar a R\$ 6,2 bilhões até o fim deste ano, mas o Orçamento só prevê R\$ 532,9 milhões para esses pagamentos. O calote internacional do governo brasileiro já traz constrangimentos para o País.

Fontes afirmam que o programa de financiamento estudantil, o Fies, pode também sofrer problemas nos próximos meses. O Ministério da Educação não respondeu sobre o Fies. A pasta disse que trabalha para ampliar seus limites e fazer a “cobertura completa de suas despesas discricionárias”, atendendo às necessidades de financiamento mais imediatas e prioritárias.

O IBGE também precisou deixar mais enxuto o Censo Demográfico 2020 – a mais ampla pesquisa de dados sobre a população brasileira – para não inviabilizar o levantamento. O custo total da pesquisa seria de R\$ 3,4 bilhões, mas o questionário está sendo reduzido para caber num orçamento 25% menor.

Os ministérios têm liberdade para escolher o que cortam primeiro. Por isso, uma das estratégias também é reduzir despesas em áreas mais sensíveis para chamar a atenção e pressionar o governo a tentar buscar uma solução.

Para o coordenador do Observatório de Política de Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Manoel Pires, o setor público já vive um “shutdown branco”. Ele destaca que, na apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 o governo reduziu ainda mais a previsão das despesas discricionárias (que não são obrigatórias) para este ano, de R\$ 90 bilhões para R\$ 86,1 bilhões, um valor já considerado crítico para o funcionamento da máquina. Mesmo antes do corte, segundo Pires, os órgãos já sentiram o arrocho no primeiro bimestre, não

só pelo fato de ser uma nova administração, mas também pela restrição orçamentária, com reflexos no funcionamento de universidades, hospitais e na distribuição de livros didáticos.

“Tem vários hospitais que não conseguem atender a população, e o tempo médio que o brasileiro fica na fila aumenta”, diz Pires.

“Tem vários elementos que indicam que, de certa forma, com esse nível de despesa discricionária, a gente está funcionando em algum nível de paralisia, de shutdown, como se costuma dizer”, acrescenta o economista. Para ele, esse tipo de situação tem sido cada vez mais recorrente, e o maior problema são os investimentos, que continuam no menor nível histórico. O derretimento das projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB), que afeta a arrecadação de tributos, só agrava a situação.

Para tentar amenizar o quadro de colapso, o governo trabalha para tentar garantir a privatização da Eletrobrás e o megaleilão das áreas de petróleo do pré-sal ainda este ano. Só quando houver certeza de que esse dinheiro vai ingressar ainda em 2019 nos cofres do Tesouro é que a equipe econômica poderá incluir os recursos bilionários na previsão do Orçamento.

“Se o acordo da cessão onerosa for viável nesse ano será possível mudar isso, mas me parece que essa situação ficará crítica já no meio do ano”, afirma Pires.

topo 

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

### **MEC cortará verba de universidade por “balbúrdia”: UnB na mira Sem detalhar critérios, Weintraub diz que a medida considera o desempenho aquém do esperado ou promoção de “bagunça e evento ridículo”**

O Ministério da Educação (MEC) vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo “balbúrdia” em seus campus, segundo afirmou o ministro Abraham Weintraub. Três universidades já foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), disse. Segundo ele, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, está sob avaliação.

“Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, disse o ministro, segundo reportagem de Renata Agostini, de O Estado de São Paulo.

De acordo com Weintraub, universidades têm permitido que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus”.

Weintraub não detalhou quais manifestações ocorreram nas universidades citadas, mas disse que esse não foi o único ponto observado. Essas instituições também estão apresentando resultados aquém do que deveriam, disse. “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking.” Ele, no entanto, não citou rankings.

De acordo com o MEC, as três universidades tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas, medida que entrou em vigor na semana passada. Os cortes atingem as chamadas despesas discricionárias, destinadas a custear gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, etc. Os recursos destinados ao pagamento de pessoal são obrigatórios e não podem ser reduzidos.

Weintraub disse que o corte não afetará serviços como “bandejão”. O MEC informou que o programa de assistência estudantil não sofrerá impacto, apesar desses recursos integrarem a verba discricionária.

A UNB disse que verificou no sistema bloqueio orçamentário “da ordem de 30%” e espera conseguir revertê-lo. A UFBA e a UFF não se pronunciaram.

O MEC está sendo forçado a definir cortes após o governo anunciar um grande contingenciamento no mês passado. Para garantir que cumprirá a meta fiscal, a equipe econômica estabeleceu que cerca de R\$ 30 bilhões dos gastos previstos ficarão congelados. Desse total, R\$ 5,8 bilhões terão de vir do MEC.

Educação foi a pasta que mais sofreu bloqueio em termos absolutos. Ainda que o corte tenha sido proporcionalmente menor do que o de outros ministérios, foi um duro baque. A Lei Orçamentária estabelecia cerca de R\$ 23,7 bilhões para despesas discricionárias na Educação como um todo. O governo bloqueou, portanto, quase 25% do dinheiro que estava reservado para custear esses gastos.

Como as universidades federais consomem a maior parte dos recursos do MEC, elas naturalmente seriam alvo de cortes. O ministro disse que, diante desse cenário, foi necessário definir critérios para quem sofreria mais com o bloqueio. O corte anunciado pelo ministro nas três universidades está longe, porém, do contingenciamento determinado pela equipe econômica. Juntas, as três instituições recebem cerca de R\$ 165 milhões discricionários.

#### Direito à expressão

Questionado se essa forma de escolha caracteriza, na prática, uma “lei da mordaza” nas universidades, ferindo a liberdade de expressão de alunos e professores, ele afirmou que todos “têm logicamente o direito de se expressar”, desde que o desempenho acadêmico esteja bom. “Só tomaremos medidas dentro da lei. Posso cortar e, infelizmente, preciso cortar de algum lugar”, afirmou. “Para cantar de galo, tem de ter vida perfeita.”

O MEC não esclareceu quais indicadores de desempenho chamaram a atenção da pasta. Weintraub disse ainda que reitores precisarão redobrar a atenção no caso de festas. “Se aluno se machucar por causa de festa, cortaremos verba.”

Desde 2014, há redução nos repasses para despesas discricionárias das universidades. A crise contribuiu para o cenário. Neste ano, o aperto será mantido. Além da recuperação lenta da economia, há a linha estabelecida por Jair Bolsonaro. O plano de governo já trazia a indicação de que, se eleito, ele daria ênfase à educação básica.

Para a reportagem, em sua primeira entrevista no cargo, Weintraub reforçou a diretriz e disse que a política para universidades tem de respeitar “os pagadores de impostos”.

“Quando vão na universidade federal fazer festa, arruaça, não ter aula ou fazer seminários absurdos que agregam nada à sociedade, é dinheiro suado que está sendo desperdiçado num país com 60 mil homicídios por ano e mil carências.”

Associação diz que sistema já está “no limite”

Apesar de ressaltar o contingenciamento com a suposta “balbúrdia”, outras universidades federais também já registraram congelamento de recursos neste ano. Todas tiveram bloqueio de valores de emendas parlamentares. Além disso, só tiveram 40% do recurso de custeio liberado para o 1º semestre.

“As universidades estão há anos trabalhando no limite da capacidade. Não acredito que o MEC fará um corte orçamentário com base em juízo de valor, sem antes pedir esclarecimento às universidades. Infelizmente, o bloqueio está ocorrendo para todas as instituições”, disse Reinaldo Centoducatte, reitor da Federal do Espírito Santo (Ufes) e presidente da Andifes, associação de reitores da rede federal.

Avaliação internacional

O ministro ainda acusou UnB, UFBA e UFF de queda no desempenho. No entanto, elas se mantêm em destaque em avaliações internacionais. O ranking da publicação britânica Times Higher Education (THE), um dos principais em avaliação do ensino superior, mostra que Unb e UFBA tiveram melhor avaliação na última edição.

Na classificação das melhores da América Latina, a Unb passou da 19ª posição, em 2017, para 16ª no ano seguinte. A UFBA passou da 71ª para a 30ª posição. A UFF manteve o mesmo lugar, em 45º. Segundo a publicação, as três se destacam pela boa avaliação em ensino e pesquisa. E Unb e UFBA aparecem entre as 400 melhores instituições do mundo em cursos da área da saúde.

Carlos Monteiro, especialista em gestão pela Universidade de Michigan, ainda avalia como contraditório punir uma universidade com corte de recursos por apresentar queda na qualidade. “O ministro deveria querer entender os motivos dos maus resultados.”

topo ↕

## **PODER 360 - DF - TEMPO REAL**

### **MEC bloqueia 30% do orçamento de 3 universidades federais**

O Ministério da Educação fez 1 novo bloqueio nas verbas de instituições federais no fim de abril, depois que o novo ministro, Abraham Weintraub, assumiu a pasta.

De acordo com reportagem do jornal Folha de S.Paulo, divulgada nesta 3ª feira (30.abr.2019), várias instituições tiveram reduções de verbas. No entanto, o corte de 3 universidades chama a atenção por corresponder a mais da metade do contingenciamento imposto as demais. São elas: a Universidade de Brasília e as federais Fluminense e da Bahia.

Nestas, 30% das dotações orçamentárias foram bloqueadas. Em nota, o ministério informou para a Folha de S.Paulo que a pasta “estuda os bloqueios de forma que nenhum programa seja prejudicado e que os recursos sejam utilizados da forma mais eficaz. O Programa de Assistência Estudantil não sofreu impacto em seu orçamento.”

Já em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, o ministro Weintraub disse que as instituições que sofrerão os cortes são aquelas que não apresentarem desempenho

acadêmico esperado e que estiverem promovendo “balbúrdia” em seus campus.

As universidades que sofreram cortes já foram palcos de manifesto contra o governo tanto nas eleições quanto depois da posse. Exemplo é o “ato contra o fascismo“, que aconteceu na UFF e foi registrado na conta do Instagram da deputada estadual Mônica Francisco (Psol-RJ). Na foto também está Guilherme Boulos, ex-postulante pelo Psol ao Planalto.

Já a UnB realizou na última semana 1 debate com o petista Fernando Haddad, adversário de Bolsonaro no 2º turno das eleições de 2018.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **MEC cortará verba de universidade; UnB, UFF e UFBA já sofrem Governo definiu contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões para Educação**

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) vai cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e, ao mesmo tempo, estiverem promovendo “balbúrdia” em seus campi, afirmou o ministro ao Estado. Três universidades já foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), disse. Segundo ele, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, está sob avaliação.

“Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”, disse o ministro.

De acordo com Weintraub, universidades têm permitido que aconteçam em suas instalações eventos políticos, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, disse. Ele deu exemplos do que considera bagunça: “Sem-terra dentro do câmpus, gente pelada dentro do câmpus”.

Weintraub não detalhou quais manifestações ocorreram nas universidades citadas, mas disse que esse não foi o único ponto observado. Essas instituições também estão apresentando resultados aquém do que deveriam, disse. “A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking.” Ele, no entanto, não citou rankings.

De acordo com o MEC, as três universidades tiveram 30% das suas dotações orçamentárias anuais bloqueadas, medida que entrou em vigor na semana passada. Os cortes atingem as chamadas despesas discricionárias, destinadas a custear gastos como água, luz, limpeza, bolsas de auxílio a estudantes, etc. Os recursos destinados ao pagamento de pessoal são obrigatórios e não podem ser reduzidos.

Weintraub disse que o corte não afetará serviços como “bandejão”. O MEC informou que o programa de assistência estudantil não sofrerá impacto, apesar desses recursos integrem a verba discricionária.

A UNB disse que verificou no sistema bloqueio orçamentário “da ordem de 30%” e espera conseguir revertê-lo. A UFBA e a UFF não se pronunciaram.

O MEC está sendo forçado a definir cortes após o governo anunciar um grande contingenciamento no mês passado. Para garantir que cumprirá a meta fiscal, a equipe econômica estabeleceu que cerca de R\$ 30 bilhões dos gastos previstos ficarão congelados. Desse total, R\$ 5,8 bilhões terão de vir do MEC.

Educação foi a pasta que mais sofreu bloqueio em termos absolutos. Ainda que o corte tenha sido proporcionalmente menor do que o de outros ministérios, foi um duro baque. A Lei Orçamentária estabelecia cerca de R\$ 23,7 bilhões para despesas discricionárias na Educação como um todo. O governo bloqueou, portanto, quase 25% do dinheiro que estava reservado para custear esses gastos.

Como as universidades federais consomem a maior parte dos recursos do MEC, elas naturalmente seriam alvo de cortes. O ministro disse que, diante desse cenário, foi necessário definir critérios para quem sofreria mais com o bloqueio. O corte anunciado pelo ministro nas três universidades está longe, porém, do contingenciamento determinado pela equipe econômica. Juntas, as três instituições recebem cerca de R\$ 165 milhões discricionários.

Direito à expressão

Questionado se essa forma de escolha caracteriza, na prática, uma "lei da mordça" nas universidades, ferindo a liberdade de expressão de alunos e professores, ele afirmou que todos "têm logicamente o direito de se expressar", desde que o desempenho acadêmico esteja bom. "Só tomaremos medidas dentro da lei. Posso cortar e, infelizmente, preciso cortar de algum lugar", afirmou. "Para cantar de galo, tem de ter vida perfeita."

O MEC não esclareceu quais indicadores de desempenho chamaram a atenção da pasta. Weintraub disse ainda que reitores precisarão redobrar a atenção no caso de festas. "Se aluno se machucar por causa de festa, cortaremos verba."

Desde 2014, há redução nos repasses para despesas discricionárias das universidades. A crise contribuiu para o cenário. Neste ano, o aperto será mantido. Além da recuperação lenta da economia, há a linha estabelecida por Jair Bolsonaro. O plano de governo já trazia a indicação de que, se eleito, ele daria ênfase à educação básica.

Ao Estado, em sua primeira entrevista no cargo, Weintraub reforçou a diretriz e disse que a política para universidades tem de respeitar "os pagadores de impostos". "Quando vão na universidade federal fazer festa, arruaça, não ter aula ou fazer seminários absurdos que agregam nada à sociedade, é dinheiro suado que está sendo desperdiçado num país com 60 mil homicídios por ano e mil carências."

Associação diz que sistema já está no limite

Apesar de ressaltar o contingenciamento com a suposta "balbúrdia", outras universidades federais também já registraram congelamento de recursos neste ano. Todas tiveram bloqueio de valores de emendas parlamentares. Além disso, só tiveram 40% do recurso de custeio liberado para o 1.º semestre.

"As universidades estão há anos trabalhando no limite da capacidade. Não acredito que o MEC fará um corte orçamentário com base em juízo de valor, sem antes pedir esclarecimento às universidades. Infelizmente, o bloqueio está ocorrendo para todas as instituições", disse Reinaldo Centoducatte, reitor da Federal do Espírito Santo (Ufes) e

presidente da Andifes, associação de reitores da rede federal.  
Avaliação internacional

O ministro ainda acusou UnB, UFBA e UFF de queda no desempenho. No entanto, elas se mantêm em destaque em avaliações internacionais. O ranking da publicação britânica Times Higher Education (THE), um dos principais em avaliação do ensino superior, mostra que Unb e UFBA tiveram melhor avaliação na última edição.

Na classificação das melhores da América Latina, a Unb passou da 19.<sup>a</sup> posição, em 2017, para 16.<sup>a</sup> no ano seguinte. A UFBA passou da 71.<sup>a</sup> para a 30.<sup>a</sup> posição. A UFF manteve o mesmo lugar, em 45.<sup>o</sup>. Segundo a publicação, as três se destacam pela boa avaliação em ensino e pesquisa. E Unb e UFBA aparecem entre as 400 melhores instituições do mundo em cursos da área da saúde.

Carlos Monteiro, especialista em gestão pela Universidade de Michigan, ainda avalia como contraditório punir uma universidade com corte de recursos por apresentar queda na qualidade. "O ministro deveria querer entender os motivos dos maus resultados."/COLABOROU ISABELA PALHARES

**ALAINET - TEMPO REAL**

**O Brasil e o mergulho no atraso**

Segundo The Economist, a vetusta e conservadora revista britânica, algo como mensageiro oficial do capitalismo, a China decidiu responder à guerra comercial que lhe movem os EUA aumentando os investimentos em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, fórmula simples e clássica de ativar a economia. Ao lado das grandes obras, aplica recursos crescentes em educação e em pesquisa básica e na formação de mão-de-obra especializada, qualificada e qualificadíssima, e na pesquisa de ponta, em áreas como cibernética, exploração espacial (já chegou ao lado escuro da Lua), e inteligência artificial. Resultado óbvio: seu PIB cresceu 6,4% no primeiro trimestre deste ano. A China é hoje a segunda maior economia do mundo, caminhando para, em menos de uma década, superar os EUA, tanto como economia, quanto em desenvolvimento científico e tecnológico, com todas as implicações daí decorrentes para a geopolítica e as estratégias de segurança e hegemonia que transitam da atual unipolaridade (herança da Guerra Fria) para uma multipolaridade cujos contornos ainda não podem ser definidos.

Esta China, potência econômica, política e militar global que não cessa de crescer, era, em 1949, um país paupérrimo, arruinado pelo colonialismo europeu, invadido e saqueado ao longo de séculos, e, naquela altura, às voltas com uma revolução social. Era um país de camponeses miseráveis, quando nós brasileiros já aspirávamos à industrialização e à urbanização.

Que fenômeno explica a diferença de desenvolvimento desses dois países?

Enquanto a China disputa com os EUA a liderança econômica e tecnológica, continuamos na periferia do capitalismo, agora dominados por uma ultradireita antidesenvolvimentista, anti-progresso, atrasada, dissolvente das esperanças. Seu projeto não é mais impedir a chegada do futuro, nem apenas congelar o presente: é trazer de volta o passado. O Brasil de hoje suspende os investimentos públicos de um modo geral e em infraestrutura de forma específica, reduz os gastos em educação e ciência e tecnologia, e renuncia a projetos estratégicos, como a cibernética e o programa espacial, fundamentais para o desenvolvimento e a segurança de qualquer país de nosso



porte, ou que, como já almejamos, pretenda desempenhar um papel de sujeito no concerto internacional. Nossa balança comercial retorna aos contornos do início do século passado, dependente da exportação de matérias-primas sem valor agregado, antes pau-brasil, ouro, prata e pedras preciosas das minas gerais, depois açúcar e depois café; agora soja e carne e minério de ferro.

Nossa participação na economia global atinge o pior nível em 38 anos; a fatia do país em bens e serviços é de 2,5%, contra um pouco mais de 3% em 2011.

O Brasil do capitão e dos generais associados corta em 42% o orçamento do ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, reduzindo as bolsas de mestrado e doutorado (aqui e no exterior) e de iniciação científica, comprometendo ainda a manutenção e modernização de laboratórios, registros de patentes e inovação nas universidades e, por óbvio, a qualidade do ensino e da pesquisa.

Compromete o papel das agências de financiamento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES**, a Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP e, na esteira, as agências estaduais de fomento ao ensino e à pesquisa.

De 2015 para cá o setor de conhecimento perdeu cerca de R\$ 35 bilhões de reais.

No plano da educação, o projeto de nossas classes dominantes, das quais o bolsonarismo é expressão obscena, é destruir com a escola pública e o ensino gratuito, quando a educação, isto é, o acesso ao conhecimento, é o único instrumento que pode dar ao pobre chances de ascensão social e ao país condições de competitividade num mundo que já vive a chamada 4ª revolução industrial (perdemos o tempo de todas as outras) assinalada pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas.

Como lembrava Darcy Ribeiro, a tragédia da educação brasileira não se deve a erros de planejamento. Mas, sim, a seus acertos. Esse fracasso é o prêmio de um projeto bem sucedido de nossas perversas classes dominantes, para quem o desenvolvimento nacional ou a melhoria da qualidade de vida de nosso povo jamais foram uma questão central.

O projeto que a casa grande devota ao país, desde a colônia, contrasta com as políticas das sociedades capitalistas desenvolvidas, que tanto investem no ensino e na escola pública. O ministro da educação do momento anuncia seu desprezo pelas universidades públicas e pelo ensino daquelas cadeiras, como filosofia e sociologia, que fazem o aluno pensar e transformar-se em cidadão. Há, herdeiro dos projetos fascistas, o ódio à cultura e ao conhecimento, o ódio à inovação e à dúvida. Não por acaso, ao corte das receitas orçamentárias em educação e ciência e tecnologia, bem como em cultura, se seguem os ataques à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, uma conquista de séculos. Não é obra do acaso, nem é trivial, o governador de São Paulo pretender reduzir os recursos destinados às universidades estaduais, como não é sem razão que sua maioria na Assembleia Legislativa constitua CPI com o objetivo de, diz seu presidente, “acabar com o ‘aparelhamento’ da esquerda na USP”.

Na contramão do mundo que avançou, o Brasil reduz todos os seus problemas à crise fiscal, cuja solução, nos termos colocados, só interessa aos banqueiros que financiaram

a aventura bolsonarista, e releva a plano secundário o caminho de seu enfrentamento, que é o desenvolvimento econômico, a única forma até aqui conhecida de geração de riqueza.

Resultado óbvio: o ‘mercado’ – esta entidade mítica – já capta sinais de que o PIB deste ano indicará um ‘crescimento’ zero marchando para um ‘crescimento’ negativo ainda em 2019 e seguramente zero, mantidos os dados de hoje, em 2020.

Caminhávamos, paramos e agora andamos para trás.

Enquanto isso, os bancos tiveram, em 2018, ganhos que somaram R\$ 100 bilhões de reais, o maior lucro desde o plano real, 17,40% superiores ao resultado obtido em 2017 sobre 2016, contrastando com o PIB, que no mesmo período cresceu apenas 1,0%.

A recuperação da renda brasileira por habitante vive seu pior momento da história, 9% abaixo dos indicadores de 2014. O Brasil perdeu em março 43,2 mil empregos formais. Mas o Bradesco teve um lucro de R\$ 5,8 bi no primeiro trimestre deste ano, uma alta de 30%.

O ano, mal começado, já está perdido e perdido deverá ser 2020 com o espectro da estagnação de hoje, ou mesmo da depressão de amanhã, que o capitão acelerará com a infável colaboração de sua equipe econômica e a solidariedade suicida da Avenida Paulista.

Está claro que a crise econômica, aguçada pelo neoliberalismo em voga, é o melhor fermento da crise política a caminho da crise institucional, na qual já ingressamos com a ativa contribuição do governo e seus agentes provocadores, de dentro e de fora da família, de dentro e de fora do Planalto, de dentro e de fora do Alvorada, de dentro e de fora da caserna.

O aumento do desemprego – inevitável diante da disfunção econômica associada às novas relações de produção (que já chegou ao campo) fundadas na automação – é apenas um adicional na tessitura da crise social, com a qual não podem, nem hoje nem amanhã, se deixar surpreender as forças progressistas. Antes, cabe-lhes, antevendo o que está à vista no horizonte de curto prazo, saber o que fazer e começar a fazer.

Está à vista que o bolsonarismo – qualquer que seja seu projeto e suas associações civis e militares, econômicas e corporativas, nacionais e internacionais – investe na expectativa de impasse, que estimula, ora com essa política neoliberal sabidamente geradora de conflitos, ora com o incentivo à violência, ora com o choque institucional, ora com o desapareço ao Congresso, ora com as investidas contra o Poder Judiciário, ora incitando a cizânia mesmo no seio das hostes fundamentais para a sustentação de sua parcela de poder.

É óbvio que não se trata, apenas, de incompetência, nem só de loucura, pois há muito método em tudo isso.

A História, uma vez mais, desafia as esquerdas brasileiras e o que se possa chamar de liberais progressistas dizendo-lhes que, se continuarem se dando ao luxo de privilegiar suas vaidades e as brigas intestinas, as pequenas pejejas e os projetos (eleitorais)

particulares, ou disputando títulos imaginários de “pureza” inócua, confundindo tática e estratégia, terão que reconhecer que deram sua parcela de contribuição para o prolongamento e aprofundamento do maior regressismo político, econômico e social já visto por esta acidentada república.

A História nos julgará a todos – e as massas já estão julgando.

- Roberto Amaral é escritor e ex-ministro de Ciência e Tecnologia

topo ↕

## **CURSOS NOVOS - TEMPO REAL**

**MEC oferta 30 bolsas de estudo direcionadas aos profissionais com graduação em licenciatura e que exercem o cargo de coordenador, de diretor ou de supervisor pedagógico, na Irlanda.**

O MEC (Ministério da Educação) abriu 30 vagas com ofertas de bolsas de especialização em educação para realização de cursos no Mary Immaculate College, em Limerick, na Irlanda.

A oferta das bolsas de estudo está sendo feita pela **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, fundação vinculada ao MEC. No total, serão 30 vagas de bolsa de estudo que serão destinadas aos profissionais da educação com graduação em licenciatura. As 30 bolsas de estudos serão divididas em seis para cada região brasileira.

Curso realizado em 12 meses na Irlanda

Segundo o **Capex**, o curso acontece entre o período de junho de 2019 e maio de 2020. O objetivo é promover a capacitação dos profissionais que já atuam na gestão pedagógica das escolas. Os profissionais podem atuar na rede pública, nos colégios militares e também nas redes privadas sem fins lucrativos.

Requisitos para concorrer a bolsa de estudos na Irlanda

Entre os requisitos para concorrer a vaga de bolsa de estudos na Irlanda, os candidatos devem ser brasileiros ou estrangeiros com visto permanente no Brasil, ter graduação em licenciatura, devem obter nota mínima estabelecida para o teste de proficiência em língua inglesa. É necessário ainda que esteja exercendo o cargo de coordenador, de diretor ou de supervisor pedagógico. O candidato deverá ter também passaporte com validade mínima de até setembro de 2020. Os candidatos devem atender a todos os requisitos descritos no edital.

Inscrições dos candidatos

Para concorrer às vagas os candidatos devem elaborar um projeto para ser aperfeiçoado na gestão pedagógica. O projeto deve partir da própria experiência profissional do candidato e da realidade socioeducacional da unidade escolar em que ele atua.

A inscrição é realizada na plataforma eletrônica da **Capex**, na qual o candidato deverá atualizar previamente seu currículo. Deverá fornecer na plataforma todas as suas informações sobre sua atuação profissional na educação básica e referentes à sua formação acadêmica. Após isso, o candidato deve acessar a página de inscrição, preencher o formulário disponível e anexar os documentos que são exigidos. As inscrições podem ser realizadas até as 18h do dia 30 de maio de 2019.

## Avaliação dos candidatos

Os candidatos serão avaliados em três etapas, sendo a primeira de caráter eliminatório, e avaliará a verificação dos requisitos de participação, além dos documentos obrigatórios.

Já a segunda etapa, de caráter classificatório, será realizada a avaliação dos candidatos conforme a pontuação da avaliação do currículo e apresentação do projeto. E na terceira etapa será verificado se o candidato classificado apresentou, dentro do prazo o passaporte válido na data, além da proficiência com a nota mínima exigida.

## Benefícios disponibilizados aos candidatos aprovados

Entre os benefícios, os candidatos selecionados recebem pelo período de 12 meses o apoio para a participação no curso de especialização em educação. Os aprovados recebem passagem aérea internacional em classe econômica promocional (ida e volta), auxílio-instalação no valor de € 1.300,00 e ajuda de custo no valor de € 400,00. Os aprovados terão ainda pagamento das taxas escolares e todos os materiais didáticos do curso, todo deslocamento na Irlanda entre aeroporto e universidade, alojamento em instalações do Mary Immaculate College.

topo ↕

## PARAÍBA DEBATE - TEMPO REAL

### Paraíba tem vagas para mestrado gratuito em recursos hídricos

Estão abertas até 6 de maio as inscrições para 256 vagas no Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). Na Paraíba, há 20 vagas no campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em Sumé.

#### Inscrições

As inscrições devem ser feitas pelo site da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Ilha Solteira (SP), que é a instituição coordenadora do mestrado. Os candidatos devem anexar os documentos listados no Edital ProfÁgua nº 01/2019 e pagar uma taxa de inscrição de R\$ 70.

#### O curso

O curso tem 24 meses de duração, é presencial e possui atividades na modalidade de educação a distância (EaD).

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2015, o ProfÁgua tem como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais e pesquisadores da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais. Com esse mestrado o intuito é qualificar esse público para lidar com os desafios mais complexos da gestão e da regulação das águas no país.

Nesse sentido, os trabalhos de conclusão deverão ter um caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

#### Projetos

A ANA já investiu um pouco mais de R\$ 6,5 milhões para o funcionamento do curso nos seus primeiros anos de existência, através da descentralização de recursos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

Os interessados em concorrer deverão apresentar proposta de projeto de pesquisa que seja aderente a uma ou mais linhas de pesquisa do mestrado, que são as seguintes: ferramentas aplicadas aos instrumentos de gestão de recursos hídricos; metodologias para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; planejamento e gestão de recursos hídricos; e segurança hídrica e usos múltiplos da água.

Além disso, os projetos devem seguir as normas do edital de abertura do processo seletivo, que será realizado por cada uma das 13 universidades públicas que oferecem o mestrado profissional este ano (veja a lista abaixo).

A seleção também terá uma fase de análise dos currículos dos candidatos no formato da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que constituirá a prova de títulos do processo seletivo. A análise de currículo levará em consideração o histórico escolar da graduação, experiência profissional, experiência em pesquisa e extensão nos últimos cinco anos e capacitação em cursos de especialização ou extensão nos últimos dez anos dentro das áreas correlatas ao ProfÁgua.

Além da análise da proposta de projeto de pesquisa, os candidatos terão que fazer uma prova de conhecimentos específicos sobre gestão e regulação de recursos hídricos, sendo que as referências bibliográficas mínimas estão disponíveis no site da UNESP.

#### Cronograma

Segundo o cronograma da seleção, as inscrições serão homologadas em 24 de maio e o resultado após os recursos será divulgado em 3 de junho. A prova de conhecimentos específicos acontecerá em 15 de junho e o gabarito sairá em 17 de junho. O resultado após os recursos está previsto para 26 de junho.

No caso da prova de títulos e das propostas de projetos de pesquisa, as notas serão divulgadas em 8 de julho e o resultado após os recursos sairá em 15 de julho, mesmo dia em que será publicado o resultado final. As matrículas vão de 22 a 26 de julho e as aulas começarão em 12 de agosto em cada universidade participante do ProfÁgua.

#### Informações

Para mais informações sobre o processo seletivo do ProfÁgua os candidatos podem entrar em contato pelo e-mail [profagua@unesp.br](mailto:profagua@unesp.br).

#### Vagas oferecidas por universidade

##### INSTITUIÇÃO CAMPUS VAGAS

Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Manaus (AM) 14

Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Parintins (AM) 6

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Rio de Janeiro (RJ) 20

Universidade Federal da Bahia (UFBA) Salvador (BA) 16

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Sumé (PB) 20

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Recife (PE) 16

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Porto Alegre (RS) 16

Universidade Federal de Roraima (UFRR) Boa Vista (RR) 20

Universidade de Brasília (UnB) Planaltina (DF) 20

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Cuiabá (MT) 20

Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Ilha Solteira (SP) 28

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) Itabira (MG) 20

Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Ji-Paraná (RO) 20

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTPR) Campo Mourão (PR) 20

topo ↕

## **TRIBUNA DA CONQUISTA - TEMPO REAL**

### **UESB e Uneb dão início à Doutorado Interinstitucional em Educação**

Com foco na formação de novos doutores, a Uesb estabeleceu uma parceria institucional com a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) para a oferta do Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Educação e Contemporaneidade. Para dar início às atividades dessa formação, as Universidades realizaram, no campus de Vitória da Conquista, uma programação de apresentação, acolhimento e discussões iniciais sobre a área em estudo, nos dias 25 e 26 de abril.

O curso será oferecido pelo Programa de Pós-Graduação de Educação e Contemporaneidade da Uneb, avaliado como excelência nacional pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Na Uesb, a oferta será junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como forma, também, de fortalecê-lo e possibilitar, futuramente, a criação de um curso próprio de Doutorado.

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Uesb, o professor Robério Rodrigues ressaltou a educação como principal vetor de transformação social. “Nesse contexto, a formação de professores é fundamental. A criação desse Dinter representa um processo de estruturação solidária na busca pela interiorização para capacitação dos nossos docentes em uma área estratégica, que é a área de Educação”, explicou.

Multidisciplinaridade – A turma aprovada para o curso é formada por 18 professores do quadro da Uesb, que atuam em diversas áreas do conhecimento. Segundo o coordenador do curso, professor Elizeu Clementino de Souza, o Dinter terá “uma capilaridade enorme de abordagens e perspectivas de pesquisa que tocam em diferentes áreas do conhecimento”.

As abordagens dessas pesquisas vão desde a história da Educação da região até questões relacionadas à Astronomia e Física. Outro ponto de destaque nessas pesquisas é a forte interface com a Educação Básica nos projetos aprovados.

Formação no interior da Bahia – Outro fator de destaque é a política de interiorização da pós-graduação, com ampliação de cursos de Mestrado e Doutorado no interior baiano. Para a professora Tania Maria Hetkowski, pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Uneb, essa missão deve ser abraçada pelas universidades estaduais.

“A gente pode dizer que essa história nasce por um sentido de colaboração entre duas coirmãs que, efetivamente, trabalham com a interiorização da pós-graduação strictu sensu do estado da Bahia. Temos a responsabilidade, como universidade do estado da Bahia, interiorizar, ampliar e possibilitar a formação de professores e de pesquisadores”, avaliou Hetkowski.

topo ↕

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - TEMPO REAL**

### **IV Seminário PROQUALIT é realizado**

Teve início na manhã desta segunda-feira (29), o IV Seminário do Programa de Qualidade Total dos Programas de Pós-Graduação (PROQUALIT) da Universidade

Estadual do Maranhão.

O evento tem como objetivo dar prosseguimento às atividades do Programa, articulando o plano de ação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (2019-2022) à consolidação dos programas stricto sensu.

Participaram da mesa de abertura do Seminário, o reitor da UEMA, Gustavo Costa; o vice-reitor da UEMA, Walter Canales; a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação, Rita de Maria Seabra; o Pró-reitor de Planejamento e Administração, Antonio Roberto Serra; a coordenadora de Pós-graduação, Ana Lúcia Duarte e o coordenador do PROQUALIT, Tiago Massi Ferraz.

Durante a solenidade de abertura, o reitor Gustavo Costa afirmou que o seminário é uma consolidação das iniciativas acadêmicas, especialmente no tocante à pesquisa e à pós-graduação. O reitor destacou ainda a importância da participação de todos nesse processo.

“O PROQUALIT assume agora uma importância ainda maior que no seu nascedouro, porque nós vamos lidar com os indicadores de avaliação já postos e vamos ao mesmo tempo acompanhar a construção de novos indicadores. Teremos grandes desafios pela frente, logo a participação de todos é fundamental. Por isso, devemos assumir uma tarefa coletiva no sentido que essa consolidação nos leve não só a conceitos mais elevados, notas mais elevadas, mas à clara contribuição, do impacto significativo da nossa produção junto a comunidade científica”, disse.

seminárioproqualit1 Segundo o vice-reitor, Walter Canales, o Programa de Qualidade Total dos Programas de Pós-Graduação trouxe uma conscientização para professores, gestores e alunos de como fazer para melhorar o conceito, as notas e conseguir a aprovação de um curso de pós-graduação. “Para a Universidade os frutos já foram colhidos e prova disso são os números de mestrado e doutorado que alcançamos nesses quatro anos. Quero crer que podemos superar, e isso sem perder a qualidade dos cursos já existentes. A administração superior vai fazer sempre o possível pra colocar a pós-graduação stricto sensu como uma de suas prioridades”, afirmou.

De acordo a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação, Rita Seabra, o seminário é um momento pra fazer uma exposição e esclarecer o plano de ação da pró-reitoria. “Considerando ainda que a **Capes** vai mudar os critérios de avaliação, o seminário é uma oportunidade de parar, refletir e ver as estratégias que teremos que usar para elevar os conceitos dos cursos de pós-graduação e consiga desenvolver o trabalho com qualidade”, disse.

A palestra de abertura “Os novos critérios de avaliação da **CAPES** e as estratégias para se alcançar o conceito máximo”, foi ministrada pela Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais da **CAPES**, professora Francisca Neide Costa.

O Seminário, que será realizado até esta terça-feira (30), conta em sua programação com palestras, mesa-redonda, debates e lançamento de livros.

Por: Polyanna Bittencourt

topo ↕

## PORTAL VEJA - TEMPO REAL

### Alfabetização de crianças - fatos e mitos

**É necessário contrapor fatos cientificamente comprovados a mitos que vêm travando o avanço das políticas e práticas de alfabetização no Brasil.**

Mitos da alfabetização – este é o título de uma entrevista realizada recentemente por Priscila Cruz, presidente-executiva no Todos Pela Educação, com Ana Helena Alternfelder (CENPEC) e levada ao ar numa série de programas da TV Futura. Consistente com o título, o programa efetivamente defende e difunde – como se fossem fatos – os mitos que vêm travando o avanço das políticas e práticas de alfabetização no Brasil. A importância das pessoas e das instituições envolvidas torna sua responsabilidade ainda maior. Este post contrapõe fatos científicos aos mitos divulgados no referido programa.

Mito 1: A entrevistada repete o mito de que alfabetizar é “não apenas” ensinar o funcionamento do código, “mas também” um punhado de outras coisas. Fato: alfabetizar significa ensinar o funcionamento do código, de maneira que o aluno seja capaz de extrair o som e sentido das palavras. Outras coisas são outras coisas.

Mito 2: Métodos de alfabetização não são relevantes e cita “inúmeras pesquisas realizadas no exterior e no Brasil. Fato: publicações internacionalmente reconhecidas pela comunidade acadêmica internacional reconhecem que os métodos fônicos são mais eficazes do que os demais – e ainda mais eficazes com crianças provenientes de ambientes mais desfavorecidos.

Mito 3: Método não importa, o professor deve conhecer todos e, com base em diagnóstico individual, usar os mais indicados. Fato: se as evidências coletadas pelos cientistas sobre como alfabetizar não são relevantes, o que daria autoridade a um professor para decidir, com base em diagnóstico individual, a respeito de qual seria o método mais eficaz? Vale perguntar: num país em que os professores não atingem o nível 3 do Pisa no teste de Linguagem, e, portanto, não dominam as categorias básicas do pensamento lógico formal, seria esta uma recomendação sensata? Ou apenas demagógica?

Mito 4: A alfabetização “completa” se dá até o final do 3º ano. Fato: dado o nível de transparência do sistema alfabético de escrita da Língua Portuguesa, a alfabetização formal deve ser realizada no 1º ano do ensino fundamental. Não existe qualquer razão científica para adiar esse prazo, e existem muitas evidências sobre os males que faz o atraso nesse processo.

Mito 5: é preciso capacitar mais os professores, os cursos de pedagogia não levam a alfabetização a sério. Fato: não há qualquer evidência no Brasil a respeito de impacto positivo de cursos de capacitação, em geral, e de capacitação de alfabetizadores, em particular. Os cursos de pedagogia seguem as orientações do MEC, reforçadas, em todos os seus equívocos, pela BNCC – Base Nacional Curricular Comum, e pelas iniciativas do MEC em programas como “Alfabetização na Idade Certa”. Não há qualquer evidência de que isso tenha produzido qualquer resultado positivo.

Aí estão os mitos, que continuam a ser divulgados como se fosse verdades. Aí estão os fatos, que os educadores brasileiros se recusam a aceitar. E os resultados disso todos



conhecem – uma educação que não avança.

Se queremos “educação já”, é preciso levar a sério, com objetividade e sem preconceitos, as evidências sobre o que efetivamente funciona.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **O futuro da educação passa pelo ensino a distância?**

Na semana em que se celebra o Dia Mundial da Educação (28 de abril), muitos pais, estudantes e professores se questionam se, de fato, o ensino a distância (EAD) é uma realidade eficaz, ou, se apesar de estar em nosso dia a dia, é uma solução paliativa.

Antes de entrar com profundidade na questão, alguns dados sobre o assunto esclarecem muitos pontos-chave e trazem luz para a discussão. Estudo realizado pela CM Consultoria, empresa especializada em ensino superior, revela que, apenas nessa modalidade, as novas matrículas cresceram 50% entre 2013 e 2017. Os números saltaram de 999 mil para 1,5 milhão. A expectativa é que esse número dobre até 2026.

Há algumas explicações para esse salto. Os avanços da tecnologia, que permitem às pessoas estarem conectadas full time, pode ser considerado o primeiro motivo. A rapidez com que a informação se propaga, o que exige ainda mais agilidade no aprendizado, e as dificuldades de deslocamentos - principalmente em grandes centros - também endossam esse pilar. O investimento menor - por parte dos estudantes - para acesso a essas plataformas também é visto como um facilitador.

É importante destacar, ainda, que essas plataformas hoje agem como uma espécie de hub, que distribui conteúdos de acordo com o interesse de cada receptor. Vale lembrar que para estudantes de ensino médio é uma alternativa (não substituta) para melhorar ainda mais o aprendizado absorvido em sala de aula.

Uma modalidade que também desperta atenção e cresce nessa área de ensino a distância são os cursos preparatórios para carreiras militares. Muito além de apenas disponibilizar conteúdos, essas plataformas contam, em alguns casos, com simulados de avaliação, transmissão de cursos por receptor digital sem a necessidade de computador, e apostilas digitais, que permitem ao interessado ampliar a bagagem de maneira desconectada.

Ao fortalecer essa bagagem educacional, seja por plataformas online, ou em ambientes físicos, como salas de aulas, estaremos sempre avançando. O que vale, não somente na semana da educação, mas para todos os dias, é não deixar rupturas pelo caminho do aprendizado.

\*Atos Tássio Silva é diretor Presidente da Resolve Educação, que atua no segmento educacional desde 2015. Fundada em Nova Friburgo (RJ), a marca atua nos Ensinos Fundamental, Médio, Pré-Vestibular, Pré-Militar e Preparatório para Concursos.

[www.resolveeducacao.com.br](http://www.resolveeducacao.com.br)

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL**

### **Ensino técnico busca suprir as demandas do mercado**

### **Modalidade passa por transformações estruturais para se adaptar às necessidades corporativas**

Historicamente, o senso comum impõe ao brasileiro uma noção de progressão educacional definida e esquematizada gradualmente. Iniciando na educação infantil,

passando para os ensinos Fundamental e Médio, até atingir o nível superior, a relação entre o estudante e os níveis de educação é delimitada dentro de uma perspectiva conservadora sobre as formas de ensino.

Entretanto, através das mudanças nas relações de trabalho e da aproximação acentuada da população com o ensino técnico, a evolução acadêmica começou a assimilar essa modalidade educacional que países como Alemanha, Suíça e Coreia do Sul já realizam há décadas. Fugindo da pretensão de competir com a educação superior, o ensino técnico comemora em 2019 os seus 110 anos de história e de impacto social no País.

No Brasil há mais de 1,9 milhão de matrículas na modalidade técnica atualmente. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Estatísticas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Censo da Educação Superior 2017, último a ser publicado, o ensino técnico cresceu 5,6% em comparação ao censo anterior. Nos dois anos anteriores, o corte orçamentário no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) interrompeu a expansão que o setor vivia desde 2007 e que atingiu mais de 1 milhão de matrículas em 2014.

A Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, publicada anualmente pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Inep, desenha a relação entre as regiões mais populosas e o número de alunos técnicos. A pesquisa, a qual permite que um estudante tenha mais de uma matrícula, apresenta a região Sudeste como a campeã em número de matrículas no País, com 820.018, seguida pelo Nordeste (536.772) e pelo Sul (324.236).

A relação de oferta e demanda entre as escolas técnicas e as empresas desempenha o papel de demonstrar as necessidades do mercado de trabalho na área. Além da influência nas competências a serem trabalhadas, as instituições fomentam também a criação de cursos para suprir determinados requisitos do segmento. Esse é o caso do curso técnico em enfermagem da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências (Fundatec): "em 2015, o Hospital Mãe de Deus nos procurou para criar um técnico em enfermagem. Iniciamos as matrículas em 2016 e foi um dos maiores responsáveis pela escola triplicar de tamanho", conta o diretor da instituição Felipe Homem.

"Nós atendemos a indústria local", aponta o diretor regional do Senai-RS, Carlos Trein. Forte presença na indústria metalmeccânica, o Centro Tecnológico Senai de Mecânica de Precisão (Cetemp), em São Leopoldo, segue o modelo de oferecer ao mercado o que ele necessita em termos de deficiência. Essa realidade não é diferente nos mais de 1.276 estabelecimentos que oferecem a modalidade no Estado.

Acompanhando as mudanças no panorama de trabalho, com a influência do empreendedorismo e gestões práticas, a modalidade foi reaquecida. Com uma remuneração menor do que os diplomados na graduação, o profissional técnico acabou sendo mais valorizado em situação de crise econômica, embora ainda persista uma resistência da sociedade perante a suposta disputa entre os técnicos e a academia.

Ao contrário do que ainda persiste no imaginário popular do Brasil, a crítica que separa o ensino técnico da graduação, como se fossem excludentes, não corresponde à realidade pensada no institutos de educação. Além de preparar o aluno para as necessidades práticas que a futura profissão demanda, o ensino técnico já ultrapassou a

ideia de formar pessoas sem o enfoque teórico. Como explica Homem, "não há aprendizado da prática sem a teoria".

Nesse sentido, embora o crescimento na adesão à modalidade de ensino, o Brasil ainda apresenta uma disparidade grande entre os dois níveis: "Enquanto na Alemanha, referência no assunto, tem cerca de 50% dos seus profissionais no nível técnico, no Brasil esse percentual é menor do 9%, ou seja, nós somos educados para buscar a graduação", aponta Trein.

Para fortalecer o ensino técnico brasileiro, há uma necessidade maior de investimento do governo sobre a modalidade. Para o diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS), Sani Cardon é necessário um fortalecimento de políticas públicas que incentivem o nível técnico, assim como a valorização dos professores atuantes e da infraestrutura nas escolas, aliados à uma proposta política pedagógica consistente.

Perfil é formado por quem busca melhores condições financeiras  
A inserção mais veloz no mercado de trabalho atrai jovens e adultos para melhores condições financeiras. Seja para angariar recursos para uma graduação futura, ou estabelecer-se em um mercado já consolidado, o ensino técnico não se restringe somente ao que o ex-presidente Nilo Peçanha caracterizou como "desafortunados" nos primórdios do ensino técnico brasileiro. Além disso, com a expansão do empreendedorismo, os cursos técnicos têm se voltado também às questões de gestão, acompanhando as oportunidades de novas funções dentro das empresas. Não somente como um operador, mas também como gestor, o aluno que busca o técnico tem um objetivo claro em mente: atuar na carreira escolhida.

Para Felipe Homem, diretor da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências (Fundatec), o perfil do discente que se insere no ensino técnico é bastante abrangente: "quem vem para o ensino técnico é o estudante que busca se qualificar de forma mais rápida para conseguir entrar no mercado de trabalho em si".

Devido ao tempo de formação técnica ser menor do que a acadêmica, somado ao custo reduzido do curso técnico, em comparação à graduação, e o método de ensino voltado para praticidade que o mercado espera, o ensino técnico desponta como um nível a ser mais integrado pelo estudante nas novas relações trabalhistas. Entretanto, Homem alerta que a educação continuada é essencial para o aperfeiçoamento da carreira: "o curso técnico seria o primeiro passo na carreira que o estudante busca seguir, tendo a entrada no mercado de trabalho e com a remuneração necessária para continuar os seus estudos".

Além desse perfil, o diretor da Fundatec aponta para um novo tipo de estudante, mais relacionado com o avanço da tecnologia. Integrado com diversas ferramentas desde o início do seu aprendizado, o estudante busca o técnico para aplicar um conhecimento prévio, obtido através dos novos meios de aprendizagem, como internet.

A possibilidade de estagiar em uma atividade remunerada desde o início do curso somada ao preparo prático da função atrai os estudantes mais jovens. Esse é o caso de Líliliana Oliveira, estudante no Centro Tecnológico Senai de Mecânica de Precisão (Cetemp). "Almejava algo que pudesse me colocar rapidamente no mercado de

trabalho", explica Liliana, que cursa o técnico em Qualidade. Tanto para Carlos Trein, diretor regional do Senai-RS, quando para Felipe Homem, o perfil do estudante que sai do ensino técnico é claro: alguém que pode chegar em uma empresa e conseguir realizar as demandas pretendidas pelo mercado.

## Integrado com o Ensino Médio

A lei 13.415 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Sancionada pelo então presidente Michel Temer em fevereiro de 2017, modificará o funcionamento não só do ensino médio, mas também do ensino técnico brasileiro.

Atualmente, existem três formas de cursar a modalidade técnica: integrada, concomitante e intercomplementaridade. O modelo concomitante, utilizado por estudantes que irão iniciar ou estejam cursando o ensino médio, ocupará maiores espaços a partir de 2020, ano que a reforma do ensino médio entrará em vigor.

Fomentando o crescimento do ensino técnico, o governo pretende aumentar os índices de estudantes cursando o técnico de nível médio. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2017, das 65,2 milhões de pessoas que estudavam no ensino médio (regular ou EJA), 3,1% frequentavam curso técnico de nível médio.

Com as mudanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a carga horária do ensino médio, que hoje é de 800 horas, passará para mil horas anuais. Com o foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional, a mudança visa a instaurar o turno integral e trazer a oportunidade ao estudante de optar pelo ensino técnico ou profissionalizante.

Para Sani Cardon, diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), a reforma pode ser analisada por duas óticas: "com as mudanças no Ensino Médio, o aluno vai ter esse ganho na questão profissionalizante, mas também pode perder espaço para estudar questões relevantes para adentrar à universidade".

## Industrialização está ligada ao aprendizado

A retomada do crescimento na área técnica representa um novo passo na história da modalidade de ensino no Brasil. Em 1909, o decreto 7.566, assinado pelo então presidente da República Nilo Peçanha, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices no território nacional e passou a ser considerado como o início do ensino profissionalizante no Brasil.

Quando o processo de industrialização brasileira teve seu crescimento, o ensino técnico exerceu um papel estratégico para fomentar esse processo. A Constituição de 1937, promulgada pelo presidente Getúlio Vargas, inaugurou os Liceus Industriais, substituindo as Escolas de Aprendizes Artífices que vigorava na época, e buscava qualificar e trazer melhores condições aos trabalhadores.

Com o crescimento da industrialização brasileira, e a conseqüente necessidade de suprir a demanda de mão de obra do País, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) foi inaugurado em 1942. "Vivíamos a Segunda Guerra Mundial quando o Senai foi estabelecido. Isso acentuou ainda mais a carência por trabalhadores industriais no País", explica Carlos Trein, diretor regional do Senai-RS, referindo-se a saída dos

poucos especialistas no Brasil, estrangeiros que acabaram recrutados por suas respectivas pátrias no período.

A ligação entre o ensino técnico e as mudanças econômicas que o Brasil passava foi se modificando com o passar dos anos. Ao contrário da ideia inicial de destinar a modalidade de ensino para os "desafortunados", como alcunhou Nilo Peçanha, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 buscou igualar o ensino técnico ao acadêmico. Relacionada a essa equiparação, a busca por se adequar aos modelos de países industrializados transformou a prática técnica em uma ferramenta de qualificação para atender a expansão da economia brasileira.

Atualmente, o ensino técnico atende novos propósitos e novas obrigações, embora se mantenha em constante mudança. Seguindo as normativas do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC), o modelo de cursos técnicos atuais tem a pretensão de promover o desenvolvimento da aprendizagem e da empregabilidade de novas técnicas e tecnologias no trabalho, preparando os estudantes para o exercício profissional, com habilitação reconhecida pelos órgãos responsáveis, como o MEC e as Secretarias Estaduais de Educação. É essa habilitação que diferencia o ensino técnico do ensino profissionalizante, enquanto o primeiro tem o aval do MEC, o segundo não tem essa obrigação.

Essa visão prática e voltada para o mercado de trabalho atua em uma via de mão dupla; tanto do interesse do aluno em se inserir no mercado, quanto das empresas que necessitam de trabalhadores qualificados. A aproximação das empresas com o centros de ensino técnico alimenta uma cadeia de produção de conhecimento e aumenta a gama de profissionais aptos para desempenhar determinadas funções.

"Nós desenhamos o perfil curricular através das demandas de conhecimentos técnicos e habilidades vindas da indústria", explica Trein. No caso do Senai, e de outras entidades do Sistema S, o desenho curricular busca atender, através de uma metodologia de competências, às necessidades do setor o qual o estudante busca se inserir.

topo 

## **REGIONAL MT NEWS - TEMPO REAL**

### **Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos está com 256 vagas abertas em 13 universidades**

Educação

Até 6 de maio estarão abertas as inscrições para 256 vagas para o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). As inscrições para esta nova turma devem ser realizadas pelo site da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Ilha Solteira (SP), que é a instituição coordenadora do mestrado. Este curso tem 24 meses de duração, é presencial e possui atividades na modalidade de educação a distância (EaD).

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2015, o ProfÁgua tem como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais e pesquisadores da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais. Com este mestrado o intuito é qualificar este público para lidar com os desafios mais complexos da gestão e da regulação das águas no País. Nesse sentido, os trabalhos de conclusão deverão ter um caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de

manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

A ANA já investiu um pouco mais de R\$ 6,5 milhões para o funcionamento do curso nos seus primeiros anos de existência, através da descentralização de recursos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

Os candidatos devem anexar os documentos listados no Edital ProfÁgua nº 01/2019 e pagar uma taxa de inscrição de R\$ 70. Os interessados em concorrer deverão apresentar proposta de projeto de pesquisa que seja aderente a uma ou mais linhas de pesquisa do mestrado, que são as seguintes: ferramentas aplicadas aos instrumentos de gestão de recursos hídricos; metodologias para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; planejamento e gestão de recursos hídricos; e segurança hídrica e usos múltiplos da água.

Além disso, os projetos devem seguir as normas do edital de abertura do processo seletivo, que será realizado por cada uma das 13 universidades públicas que oferecem o mestrado profissional este ano (veja a lista abaixo).

A seleção também terá uma fase de análise dos currículos dos candidatos no formato da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que constituirá a prova de títulos do processo seletivo. A análise de currículo levará em consideração o histórico escolar da graduação, experiência profissional, experiência em pesquisa e extensão nos últimos cinco anos e capacitação em cursos de especialização ou extensão nos últimos dez anos dentro das áreas correlatas ao ProfÁgua.

Além da análise da proposta de projeto de pesquisa, os candidatos terão que fazer uma prova de conhecimentos específicos sobre gestão e regulação de recursos hídricos, sendo que as referências bibliográficas mínimas estão disponíveis no site da UNESP.

Segundo o cronograma da seleção, as inscrições serão homologadas em 24 de maio e o resultado após os recursos será divulgado em 3 de junho. A prova de conhecimentos específicos acontecerá em 15 de junho e o gabarito sairá em 17 de junho. O resultado após os recursos está previsto para 26 de junho. No caso da prova de títulos e das propostas de projetos de pesquisa, as notas serão divulgadas em 8 de julho e o resultado após os recursos sairá em 15 de julho, mesmo dia em que será publicado o resultado final. As matrículas vão de 22 a 26 de julho e as aulas começarão em 12 de agosto em cada universidade participante do ProfÁgua.

#### Informações

Para mais informações sobre o processo seletivo do ProfÁgua os candidatos podem entrar em contato pelo e-mail [profagua@unesp.br](mailto:profagua@unesp.br).

#### Capacitação

Segundo a Lei nº 9.984/2000, que criou a ANA, cabe à instituição estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos. Por isso, a Agência oferece cursos continuamente para representantes de entidades que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e para a

sociedade em geral. Para saber mais, acesse o Portal Capacitação para a Gestão das Águas. A página oferece cursos gratuitos nas modalidades presencial, semipresencial e ensino a distância (EaD), todos eles com direito a certificado para quem conclui as atividades com o aproveitamento mínimo exigido.

topo ↕

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

### **Sisu abre inscrições para instituições públicas de ensino no dia 2**

As instituições públicas de educação superior que desejarem participar da edição do segundo semestre de 2019 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) têm, a partir do dia 2 até o dia 10 de maio para formalizarem a adesão. Esse processo é feito na página de internet do Sisu Gestão.

A formalização da adesão das instituições ao processo seletivo do Sisu deve ser feita por meio de assinatura eletrônica do termo de adesão. O prazo para a retificação do termo de adesão ao Sisu, caso seja necessária, vai de 13 a 17 de maio. As regras estão em edital publicado no Diário Oficial da União da última sexta-feira (26).

O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação onde instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Podem concorrer às vagas do segundo semestre de 2019 os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Os candidatos se inscrevem no processo seletivo em até duas opções de vaga, especificando, em ordem de preferência, as suas opções em instituição de educação superior participante, com local de oferta, curso e turno, e a modalidade de concorrência.

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

### **Trabalho com refugiados na EJA**

A Educação de Jovens e Adultos do Santa Maria tem, entre seus alunos, um grupo de refugiados que chegaram a São Paulo em busca de uma vida melhor do que aquela que tinham em seus países de origem. Um trabalho que não envolve apenas a educação formal, mas acolhida e integração cultural, igualmente importantes para esse tipo de situação.

Uma das professoras voluntárias é Priscilla Pachi, que ministra aulas de Português e aproximação cultural. Ela é mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, domina o idioma francês, segunda língua para muitos islâmicos e haitianos, o que favorece a integração de culturas tão distintas.

Mostrar a diversidade cultural aproxima e evita muitos problemas ou constrangimentos entre os alunos. Como exemplo, uma senhora síria, que se veste de maneira tradicional, tem costumes arraigados no islamismo, não aceitava a aproximação de alunos. Portanto, quando se propunha trabalhos em grupos na classe da EJA, criava-se um grande problema. Os alunos achavam que era arrogância por parte dela; já ela, se sentia invadida em seus direitos.

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

### **Projeto de lei proíbe o funcionamento de escolas “precárias”**

Um projeto na Câmara quer modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De autoria do deputado Lafayette Andrada (PRB-MG), o texto estabelece regras de edificação para os locais de ensino da educação básica. “Os padrões devem seguir critérios técnicos, pedagógicos e de segurança, definidos pelo Estado, com a colaboração de entidades da sociedade civil”, destaca o PL nº 2.489, de 2019.

O projeto proíbe a construção de escolas, por exemplo, de lata. Espaços com instalações elétricas improvisadas, telhados esburacados e sem banheiros ficam vetados de receber alunos. “Há relatos da existência desse tipo de edificação escolar em vários estados brasileiros sem o mínimo de condições para que os professores possam ensinar e os alunos possam aprender de modo digno, seguro e eficaz”, defende o parlamentar.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

**Naércio Menezes: “Não estamos condenados a uma educação ruim”**

**Especialista analisa exemplos de sucesso e relaciona a educação à produtividade**

Ph.D em Economia, professor, e coordenador do Centro de Políticas Públicas (CPP) do Insper, Naércio Menezes é enfático ao dizer que o avanço na área educacional do Brasil passa por um grande pacto pela educação envolvendo todo o país. Nesta terceira e última matéria da série especial produzida pelo Instituto Millenium, o especialista dá exemplos de sucesso e ressalta a importância do aprendizado para a expansão da economia e diminuição da pobreza dentro de uma sociedade. Segundo Naércio, “a educação e a saúde são as duas variáveis que conseguem, ao mesmo tempo, promover o crescimento econômico e reduzir a desigualdade”. Ouça a entrevista!

Há menos de um mês à frente do Ministério da Educação, o ministro Abraham Weintraub tem uma lista com importantes providências a serem tomadas nos próximos meses. Dentre as prioridades apontadas por Naércio, está a questão central de como resolver o gargalo da aprendizagem dos jovens brasileiros, que ainda é ineficaz no país, sobretudo nos últimos anos da educação básica. “Precisamos pensar em políticas, baseadas em evidências, que melhorem o aprendizado dos alunos, especialmente no ensino médio”.

Para isso, focar em gestão é fundamental. No próprio país são muitos os exemplos de redes de ensino que quebraram paradigmas, mostrando que é possível vencer o círculo vicioso da má qualidade da educação. Sobral, município cearense, possui um Ideb, índice que avalia a educação básica, superior a nove, em uma escala que vai de zero a dez. Atualmente, de acordo com Naércio, 70 das 100 melhores escolas de ensino fundamental do Brasil estão no Ceará. Mas como essas regiões conseguiram avançar tanto em questão de aprendizagem? A resposta é gestão.

“Monitorar os resultados de todos os alunos, entender onde estão os problemas, conversar com professores e diretores para tentar melhorá-los, dar feedback constante aos docentes, foco na alfabetização, ou seja, não deixar os jovens atrasarem o seu aprendizado, estabelecer um currículo bem claro para cada série, valorização dos melhores professores e estudantes... O Ceará tem uma política, por exemplo, que as melhores escolas ajudam as piores, e ambas ganham com isso”, enumera Naércio, citando outros exemplos de redes que mostram que não estamos condenados a ter, para sempre, uma educação ruim no país. Pernambuco e Espírito Santo são regiões que também avançaram na área.



Falar em programas educacionais em um país da extensão do Brasil, com mais de 5.500 municípios, não é fácil. O economista lembra que, nem sempre, os gestores de cada cidade possuem estrutura gerencial para aplicar técnicas sofisticadas de gestão. “Um diretor de uma escola precisa ser um gestor muito competente, ele deve cuidar da infraestrutura da unidade, conversar com os pais, lidar com professores e com os alunos. Já o secretário de educação, que faz a gestão de todos os diretores, precisa ser ainda mais bem preparado. É difícil que você tenha 5.500 secretários com esse critério de gestão. Precisamos apoiar esses municípios, ter um entrosamento com o governo, possuir um Sistema Nacional de Educação, de avaliação de resultados, interagir com eles para melhorar a gestão e, assim, o aprendizado”.

## A educação e a produtividade

Problemas econômicos, como o protecionismo e a falta de concorrência, não são os únicos causadores da baixa produtividade vista há 30 anos no Brasil. Naércio esclarece que a qualificação da mão de obra também influencia tais índices e, conseqüentemente, a eficiência da economia. “Historicamente, nos esquecemos de investir em educação. Ao longo do século XX, enquanto outros países estavam crescendo muito em termos educacionais de qualidade, nós ficamos para trás”. Segundo o economista, sem trabalhadores capacitados faltarão pessoas no mercado capazes de lidar com as inovações tecnológicas que só se fortalecem com o passar dos anos, além de haver no país uma insuficiência na promoção de ideias e revoluções que fazem diferença. “Sem isso, você não consegue competir com os países avançados. Vamos ficando cada vez mais atrás, sem crescimento de produtividade e com a renda estagnada no longo prazo. Os filhos vão ganhar a mesma coisa que os pais e assim sucessivamente”.

## A educação e o combate à pobreza

É também a educação que exerce papel fundamental na construção de uma sociedade com oportunidades justas para todos. “Toda vez que aumenta o nível educacional, como os filhos de elite já são mais educados, esse avanço ocorre nas famílias mais pobres. Essas pessoas vão ganhar mais, vão ingressar no mercado de trabalho formal, e isso reduz a desigualdade de renda. Você pode ter políticas muito boas de transferência de renda, de focalização, seguro desemprego, mas são temporárias, para aliviar uma situação de pobreza extrema. Na verdade, para diminuir sustentadamente a desigualdade, o caminho mais obvio é melhorar a qualidade da educação”, reforça Naércio.

topo ↕

## PORTAL VEJA - TEMPO REAL

### Alfabetização de crianças: fatos e mitos

**É necessário contrapor fatos cientificamente comprovados a mitos que vêm entrvando o avanço das políticas e práticas de alfabetização no Brasil.**

Mitos da alfabetização – este é o título de uma entrevista realizada recentemente por Priscila Cruz, presidente-executiva no Todos Pela Educação, com Ana Helena Alternfelder (CENPEC) e levada ao ar numa série de programas da TV Futura.

Consistente com o título, o programa efetivamente defende e difunde – como se fossem fatos – os mitos que vêm entrvando o avanço das políticas e práticas de alfabetização no Brasil. A importância das pessoas e das instituições envolvidas torna sua responsabilidade ainda maior. Este post contrapõe fatos científicos aos mitos divulgados no referido programa.

Mito 1: A entrevistada repete o mito de que alfabetizar é “não apenas” ensinar o

funcionamento do código, “mas também” um punhado de outras coisas. Fato: alfabetizar significa ensinar o funcionamento do código, de maneira que o aluno seja capaz de extrair o som e sentido das palavras. Outras coisas são outras coisas.

Mito 2: Métodos de alfabetização não são relevantes e cita “inúmeras pesquisas realizadas no exterior e no Brasil. Fato: publicações internacionalmente reconhecidas pela comunidade acadêmica internacional reconhecem que os métodos fônicos são mais eficazes do que os demais – e ainda mais eficazes com crianças provenientes de ambientes mais desfavorecidos.

Mito 3: Método não importa, o professor deve conhecer todos e, com base em diagnóstico individual, usar os mais indicados. Fato: se as evidências coletadas pelos cientistas sobre como alfabetizar não são relevantes, o que daria autoridade a um professor para decidir, com base em diagnóstico individual, a respeito de qual seria o método mais eficaz? Vale perguntar: num país em que os professores não atingem o nível 3 do Pisa no teste de Linguagem, e, portanto, não dominam as categorias básicas do pensamento lógico formal, seria esta uma recomendação sensata? Ou apenas demagógica?

Mito 4: A alfabetização “completa” se dá até o final do 3º ano. Fato: dado o nível de transparência do sistema alfabético de escrita da Língua Portuguesa, a alfabetização formal deve ser realizada no 1º ano do ensino fundamental. Não existe qualquer razão científica para adiar esse prazo, e existem muitas evidências sobre os males que faz o atraso nesse processo.

Mito 5: é preciso capacitar mais os professores, os cursos de pedagogia não levam a alfabetização a sério. Fato: não há qualquer evidência no Brasil a respeito de impacto positivo de cursos de capacitação, em geral, e de capacitação de alfabetizadores, em particular. Os cursos de pedagogia seguem as orientações do MEC, reforçadas, em todos os seus equívocos, pela BNCC – Base Nacional Curricular Comum, e pelas iniciativas do MEC em programas como “Alfabetização na Idade Certa”. Não há qualquer evidência de que isso tenha produzido qualquer resultado positivo.

Aí estão os mitos, que continuam a ser divulgados como se fosse verdades. Aí estão os fatos, que os educadores brasileiros se recusam a aceitar. E os resultados disso todos conhecem – uma educação que não avança.

Se queremos “educação já”, é preciso levar a sério, com objetividade e sem preconceitos, as evidências sobre o que efetivamente funciona.

topo ↕

## **TERRA - TEMPO REAL**

### **O futuro da educação passa pelo ensino a distância?**

**Na semana em que se celebra o Dia Mundial da Educação (28 de abril), muitos pais, estudantes e professores se questionam se, de fato, o ensino a distância (EAD) é uma realidade eficaz, ou, se apesar de estar em nosso dia a dia, é uma solução paliativa.**

Antes de entrar com profundidade na questão, alguns dados sobre o assunto esclarecem muitos pontos-chave e trazem luz para a discussão. Estudo realizado pela CM Consultoria, empresa especializada em ensino superior, revela que, apenas nessa modalidade, as novas matrículas cresceram 50% entre 2013 e 2017. Os números

saltaram de 999 mil para 1,5 milhão. A expectativa é que esse número dobre até 2026.

Há algumas explicações para esse salto. Os avanços da tecnologia, que permitem às pessoas estarem conectadas full time, pode ser considerado o primeiro motivo. A rapidez com que a informação se propaga, o que exige ainda mais agilidade no aprendizado, e as dificuldades de deslocamentos - principalmente em grandes centros - também endossam esse pilar. O investimento menor - por parte dos estudantes - para acesso a essas plataformas também é visto como um facilitador.

É importante destacar, ainda, que essas plataformas hoje agem como uma espécie de hub, que distribui conteúdos de acordo com o interesse de cada receptor. Vale lembrar que para estudantes de ensino médio é uma alternativa (não substituta) para melhorar ainda mais o aprendizado absorvido em sala de aula.

Uma modalidade que também desperta atenção e cresce nessa área de ensino a distância são os cursos preparatórios para carreiras militares. Muito além de apenas disponibilizar conteúdos, essas plataformas contam, em alguns casos, com simulados de avaliação, transmissão de cursos por receptor digital sem a necessidade de computador, e apostilas digitais, que permitem ao interessado ampliar a bagagem de maneira desconectada.

Ao fortalecer essa bagagem educacional, seja por plataformas online, ou em ambientes físicos, como salas de aulas, estaremos sempre avançando. O que vale, não somente na semana da educação, mas para todos os dias, é não deixar rupturas pelo caminho do aprendizado.

\*Atos Tássio Silva é diretor Presidente da Resolve Educação, que atua no segmento educacional desde 2015. Fundada em Nova Friburgo (RJ), a marca atua nos Ensinos Fundamental, Médio, Pré-Vestibular, Pré-Militar e Preparatório para Concursos.  
[www.resolveeducacao.com.br](http://www.resolveeducacao.com.br)

Website: <http://www.resolveeducacao.com.br>